

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AS RELAÇÕES COREIA DO SUL-CHINA: COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO
NO LESTE ASIÁTICO

CARLOS AUGUSTO CARDOSO GORITO

PORTO ALEGRE
JULHO/2010

CARLOS AUGUSTO CARDOSO GORITO

AS RELAÇÕES COREIA DO SUL-CHINA: COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO
NO LESTE ASIÁTICO

Monografia de graduação a ser apresentada ao
Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais, sob orientação do Prof. Dr.
André Moreira Cunha

PORTO ALEGRE
JULHO/2010

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e aos mestres que me acompanharam durante o curso, pela contribuição a minha formação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Cunha, sempre disponível e amigo.

A meus pais e minhas irmãs, que mesmo distantes, nunca deixaram de soprar as velas do meu barco.

Àqueles que estiveram ao meu lado nestes cinco anos e meio, pelo carinho e atenção em todos os momentos.

A todos, muito obrigado.

천리길도 한걸음부터 시작한다.

Mesmo a mais longa das jornadas começa com um primeiro passo.

Provérbio coreano

RESUMO

As relações entre a Coreia do Sul e a China são constante objeto de controvérsia no estudo das relações internacionais do Leste Asiático. A aproximação econômica e política entre Seul e Pequim, desde 1992, intriga especialistas, pelo ritmo e pela proximidade alcançada entre os dois países, que lutaram em lados opostos durante a Guerra da Coreia e se antagonizaram no período da Guerra Fria. Este trabalho busca analisar as relações entre a Coreia do Sul e a China, de forma a esclarecer as razões que levaram Seul e Pequim ao reatamento diplomático e as implicações estratégicas desta reaproximação para a política externa sul-coreana. Será feita uma revisão histórica das relações entre os dois países, ainda hoje necessária para compreender a percepção que o povo coreano tem da China, enfatizando o relacionamento econômico e político entre os dois países. Para analisar os trabalhos empíricos revisados, serão utilizadas as abordagens teóricas de Kang (2003), Copeland (2003) e Berger (2003), considerando-se também observações de outros autores. Finalmente, o trabalho retomará seus pressupostos iniciais e, com base nos dados levantados, e nos trabalhos empíricos analisados, verificará a utilidade ou não da teoria utilizada para a análise das relações entre a Coreia do Sul e a China.

Palavras-chave: Coreia do Sul. China. Política externa sul-coreana. Política externa chinesa. Relações internacionais da Ásia. Leste Asiático.

ABSTRACT

The relations between South Korea and China are often a matter of disagreement on the study of East Asian international relations. The economic and political rapprochement between Seoul and Beijing since 1992 intrigues specialists for its pace and the level of proximity between both countries, which had fought in opposite sides during the Korean War and antagonized each other during the Cold War. This paper aims at analyzing the relations between South Korea and China, in order to clarify the reasons that lead Seoul and Beijing to the diplomatic restoration and its strategic consequences for South Korean foreign policy. A historical review on the relationship between both countries will be performed, given its relevance to understanding the perception of Koreans towards China, emphasizing the economic and political relationship between the two countries. With the aim of analyzing the review of empirical works, a theoretical approach, using the works of Kang (2003), Copeland (2003) and Berger (2003) will be used, taking into consideration the observations of other authors as well. Finally, the paper will reassess its initial hypothesis and, based on the data and empirical works researched, will check the applicability of the theories used on the analysis of the relations between South Korea and China.

Keywords: South Korea. China. Foreign policy of South Korea. Foreign Policy of China. International Relations of Asia. East Asia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comércio da Coreia do Sul com a China, 1978-1987.....	32
Tabela 2: Comércio Coreia do Sul-China, 1988-1992	36
Tabela 3: Comércio Coreia do Sul – China, 1991-2009	45
Tabela 4: Exportações sul-coreanas para a China, em porcentagem (%)	48
Tabela 5: Exportações chinesas para a Coreia do Sul, em porcentagem (%)	49
Tabela 6: Alterações no volume de comércio de China, Coreia do Sul e o mundo.....	53
Tabela 7: Alteração nas exportações entre China e Coreia do Sul.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. COREIA E CHINA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	15
2.1. Relações China – Coreia até o fim do século XIX	16
2.2. Divisão e conflito no século XX.....	20
2.3. O modelo hierárquico de Kang.....	23
2.4. Conclusões parciais	26
3. O PERÍODO PRÉ-NORMALIZAÇÃO (1970-1992)	27
3.1. Relações entre a China e a Coreia do Sul até 1987.....	27
3.2. O Comércio entre a China e a Coreia do Sul, 1979-1987.....	31
3.3. A reaproximação, 1988-1992.....	33
3.4. Comércio China-Coreia do Sul, 1988-1992.....	36
3.5. Interpretando a aproximação: as perspectivas de Copeland e Berger.....	37
3.6. A dimensão doméstica da aproximação.....	39
4. COREIA DO SUL E CHINA DESDE 1992.....	43
4.1. O Nordeste Asiático no Pós Guerra Fria.....	43
4.2. China e Coreia do Sul após a normalização diplomática.....	44
4.2.1. A dimensão comercial, 1992-2009.....	45
4.2.1.1. O projeto de acordo de livre-comércio entre a Coreia do Sul e a China.....	50
4.2.2. A dimensão estratégica	55
4.2.2.1. A questão norte-coreana	56
4.2.2.2. O Japão.....	59
4.2.2.3. Os Estados Unidos.....	60
5. CONCLUSÃO.....	62
6. BIBLIOGRAFIA.....	67

1. INTRODUÇÃO

Em 1950, as tropas da China e da Coreia do Sul se enfrentavam no campo de batalha. Era Guerra da Coreia, e os dois países não apenas estavam em lados opostos, como possuíam regimes políticos e econômicos antagônicos, cada um sob influência de uma das superpotências da Guerra Fria.

Agosto de 1992. O presidente da Coreia do Sul, Roh Tae-Woo, visita Pequim, atingindo o objetivo de uma trajetória de aproximação que havia durado mais de uma década: o restabelecimento de relações diplomáticas entre a República da Coreia e a República Popular da China.

Ano de 2004. O comércio total entre a Coreia do Sul e a China atinge a impressionante marca de 79,378 bilhões de dólares, superando as trocas com os Estados Unidos. A China torna-se a principal parceira comercial da Coreia.

Poucas décadas separam os três episódios brevemente descritos acima. Se em 1951 a República da Coreia¹ e a República Popular da China² estavam em lados opostos durante a guerra civil na Península Coreana, sessenta anos após o início do conflito indicadores econômicos e iniciativas políticas mostram uma situação completamente diferente. Muitos analistas se surpreendem não apenas com a velocidade com que tais eventos aconteceram, mas especialmente com a ênfase que a Coreia do Sul deu a tal aproximação. Afinal, a Guerra Fria havia acabado de terminar, mas a Península Coreana seguia dividida, a China seguia sendo um país comunista, aliado da Coreia do Norte, e a aliança securitária de Seul com os Estados Unidos estabelecida logo após a II Guerra Mundial permanecia intacta. O que levou a Coreia do Sul a se lançar em tal empreitada em direção à Pequim? Por que a aproximação se deu em um ritmo tão surpreendente para alguns?

A crescente importância política e econômica da China é um fenômeno de interesse e importância globais. Mantendo uma taxa de crescimento econômico da ordem de 9% pelos últimos 25 anos, o PIB chinês é o terceiro maior do mundo em termos nominais, com a perspectiva de tornar o segundo maior ainda em 2010 (WORLD

¹ Doravante, Coreia do Sul.

² Doravante, China.

BANK, 2010). Este crescimento não se limita à economia: conforme coloca Vizentini (2007, p. 60), a capacidade militar de dissuasão da China é também responsável pela posição central que o país ocupa na estrutura internacional de poder.

Esta posição de desafiante à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos é vista por alguns especialistas como tendo grande suscetibilidade a conflitos. Para Mearsheimer (2005, p. 275), “grandes potências temem umas as outras (...). Elas se vêem com suspeita, e se preocupam que a guerra possa estar por um triz”. Da mesma maneira, Betts (1993, p.55) pergunta-se se uma China rica seria desejável ou não, visto que sua ascensão poderia desequilibrar qualquer equilíbrio de poder na região. Para estes autores, que adotam a perspectiva realista, a chamada ascensão chinesa levaria inevitavelmente a um choque com os Estados Unidos pela influência hegemônica na Ásia.

Tais previsões são contestadas por autores como Kang (2007, p. 7). Para o autor, a ascensão chinesa e seus impactos na região são um quebra-cabeça ainda não solucionado pelas teorias tradicionais, como o realismo. A previsão de que os Estados vizinhos, como a Coreia, deveriam temer o crescimento chinês devido à diferença entre seus regimes econômicos e políticos não seriam referendadas pelas políticas adotadas e pela “ausência de medo” destes países (KANG, 2007, p.4; KANG, 2009, p.2). Para o autor, é necessário enfatizar o papel das identidades nacionais para determinar a ação do Estado. Citando Waltz, Kang defende que a “percepção de ameaça é mais importante que o poder” (KANG, 2007, p.19), e tal percepção seria baixa entre os Estados do Leste Asiático, considerando a longa trajetória histórica de interações com a China. A ascensão chinesa, seria, desta forma, vista como “natural”.

Outros autores, como Berger (2003) e Copeland (2003) ressaltam a importância das interações comerciais para a definição das políticas em relação à China. Berger afirma que os Estados do Leste Asiático têm se preocupado cada vez mais com a busca de desenvolvimento econômico, rejeitando a tradicional rivalidade militar e política (BERGER, 2003, p.397). Já Copeland destaca a importância das expectativas futuras de comércio para a definição das políticas exteriores: ao decidir sobre a adoção de uma política externa agressiva ou pacífica, os Estados determinariam o valor total esperado de comércio, e assim o valor total de uma paz contínua futura (COPELAND, 2003, p.327). Desta forma, quanto menores as expectativas de comércio futuro, menor o

valor total do comércio, e maior a tendência de que o Estado escolha o conflito como opção ideal.

Independentemente da vertente teórica adotada, fica claro que conforme o progresso econômico da China avança, questões como segurança nacional e estrutura econômica serão cada vez mais complexas e múltiplas. Países diferentes tendem a adotar posturas diferentes; de modo geral, poucos adotaram uma postura de oposição a Pequim até o momento (KANG, 2007; CHUNG, 2007).

Outro fator é a perspectiva de análise. Conforme coloca Vizentini,

“É preciso também refletir sobre a região sem “olhos norte-americanos”, que caracterizam a maioria das obras que circulam entre nós, mas a partir das percepções que a região possui de si mesma e de suas relações com o resto do mundo” (2007, p.87).

Dessa forma, este trabalho busca trazer uma perspectiva diferenciada sobre a análise das relações entre a Coreia do Sul e a China, buscando, na medida do possível, adotar um marco teórico desenvolvido especificamente no contexto asiático.

Países que mantêm acordos de segurança formais com os Estados Unidos, como a Coreia do Sul e o Japão, se encontram em uma situação peculiar – um dilema estratégico entre o aliado de longo tempo, os Estados Unidos, e a potência ascendente – a China. É neste cenário que este trabalho se desenvolve. A aproximação Seul e Pequim, em praticamente todos os setores, tornou-se não apenas um dos pilares da diplomacia sul-coreana como trouxe um novo fator para o ainda vigente conflito na Península Coreana. Dada a complexa situação em que Seul se encontra entre Washington e Pequim, a Coreia do Sul não está sozinha na necessidade de se adequar aos desafios impostos pela ascensão chinesa.

O processo de normalização das relações entre a China e a Coreia do Sul é também um caso interessante de cooperação entre países que se antagonizavam durante o período da Guerra Fria, após a suspensão de elementos do regime internacional bipolar. O fim dos conflitos ideológicos e dos riscos militares da Guerra Fria abriu caminho para a cooperação leste-oeste, em termos gerais, e entre a Coreia e a China, especificamente. Juntamente com a crescente primazia da economia e do pragmatismo, tais eventos trouxeram “solo fértil” para a cooperação extensiva em diversas áreas, entre atores até então inimagináveis. Fatores domésticos, como o processo de reforma interna empreendido pela liderança chinesa, levaram a mudanças fundamentais na política

externa do país, especialmente em relação à Coreia. Por outro lado, o desenvolvimento capitalista de Seul impulsionou seu desejo de aproveitar as oportunidades criadas por seu vizinho socialista.

No âmbito regional, a Coreia e a China se tornaram peça fundamental para a cooperação no Leste Asiático. Arranjos institucionais como a ASEAN+3³ e uma área de livre comércio englobando China, Japão e Coreia são sem dúvidas resultado desta nova lógica de cooperação regional.

De maneira semelhante, as relações entre a Coreia do Sul e a China englobam naturalmente uma solução para a divisão da Península Coreana. Razões históricas, geopolíticas, e a própria participação na Guerra da Coreia colocam a China como o principal ator e mediador das relações inter-coreanas (CHUNG, 2007; SNYDER, 2009). Especialistas chegam a afirmar que, desde o fim da Guerra Fria, a China se tornou o ator mais importante nos temas coreanos (KIM, 2007, p.12). Tendo normalizado suas relações com Seul, a influência chinesa sobre Pyongyang – e também sobre Seul – é cada vez mais valiosa.

À medida que as relações sino-coreanas ultrapassam os limites da cooperação econômica rumo a uma crescente coordenação diplomática e securitária, uma nova variável surge na já complexa equação estratégica do Leste Asiático. Enquanto a Coreia do Sul tem sido mais bem sucedida em obter compromissos com a China do que a maioria dos países da região, “o próprio sucesso da reaproximação com Pequim traz um dilema intrigante crescente para a Coreia do Sul e sua aliança com os Estados Unidos” (CHUNG, 2007, p. 5). Neste contexto, a Coreia do Sul busca manter relações amigáveis e benéficas tanto com os Estados Unidos como com a China. Do ponto de vista estadunidense, os esforços de Seul em construir uma balança estratégica entre Washington e Pequim se tornaram fonte de preocupação e mesmo desgosto (CHUNG, 2007, p.6).

Conforme a ascensão chinesa toma o mundo inteiro de assalto, as discussões sobre uma possível competição hegemônica entre os Estados Unidos e a China pelo Leste Asiático continuam, e caso haja a eclosão de um conflito, a Coreia do Sul se

³ ASEAN+3 é o fórum formado pelas nações-membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã, mais China, Japão e Coreia do Sul. O fórum objetiva a cooperação nas áreas de política, segurança, finanças e economia, entre outras.

achará situada no exato centro de tal confronto. Desta forma, a análise das relações entre a Coreia do Sul e a China oferece um estudo de caso do dilema estratégico que vários outros países estão enfrentando com a ascensão chinesa.

Considerando a longa história envolvendo os dois países, as relações entre a Coreia e a China passaram por inúmeros de períodos de expansão e retração, o que deixou um legado de laços históricos fortes, afinidade cultural e importância geopolítica. Autores como Chung (2007) e Kang (2007) concordam ao afirmar que a reaproximação sul-coreana com a China não seria tão surpreendente. O ritmo arrebatador com o qual a China e a Coreia do Sul se acomodaram uma a outra, e considerando que haviam se enfrentado militarmente poucas décadas antes, surpreendeu especialistas e observadores internacionais. Mesmo antes do fim da Guerra Fria no Leste Asiático, ainda com a barreira ideológica imposta pelo conflito Leste-Oeste desde os anos 50, Coreia e China já buscavam avançar no relacionamento bilateral, desde o fim dos anos 70.

Da mesma maneira, se inicialmente as relações entre a Coreia do Sul e a China tinham um caráter apolítico, não-governamental e econômico no período pré-normalização dos anos 80, a natureza do relacionamento evoluiu após o restabelecimento diplomático de 1992, sendo hoje “tão político, securitário e diplomático quanto econômico e comercial” (CHUNG, 2007, p. 9). Considerando que a aproximação político-diplomática vem se expandindo ao mesmo tempo em que a importância econômica segue inalterada, questiona-se se a ascensão chinesa será plenamente compatível econômica e estrategicamente com a os interesses sul-coreanos.

Com a normalização diplomática com a China, a Coreia se vê novamente no centro das disputas das potências que a cercam. E, tal como no fim do século XIX, deverá se posicionar frente à Pequim, Tóquio e Washington, mas agora em uma ordem invertida – é a ascensão chinesa, ao contrário do avanço do Ocidente no fim do século XIX, que força Seul a se reposicionar com relação a seu antigo aliado, agora, os Estados Unidos.

Este trabalho busca analisar as relações entre a Coreia do Sul e a China, de forma a esclarecer as razões que levaram Seul e Pequim ao reatamento diplomático e as implicações estratégicas desta reaproximação para a política externa sul-coreana. Primeiramente, será feita uma revisão histórica das relações entre os dois países, ainda hoje necessária para compreender a percepção que o povo coreano tem da China. Em

seguida trataremos dos eventos que antecederam o restabelecimento das relações sino-coreanas, durante as décadas de 1970 e 1980. Finalmente, serão tratadas as implicações políticas e econômicas do histórico restabelecimento diplomático de 1992 na política e economia sul-coreanas do pós Guerra Fria.

Revisar-se-á a literatura corrente sobre o assunto, com especial atenção a trabalhos elaborados por autores, que possam fornecer uma perspectiva coreana sobre as relações com a China. Com o objetivo de analisar os trabalhos empíricos revisados, será adotada as abordagens teóricas de Kang (2003), Copeland (2003) e Berger (2003), considerando-se também observações de outros autores, será apresentada ao longo dos capítulos. Finalmente, o trabalho retomará seus pressupostos iniciais e, com base nos dados levantados, e nos trabalhos empíricos analisados, verificará a utilidade ou não da teoria utilizada para a análise das relações entre a Coreia do Sul e a China.

A hipótese central deste trabalho é que o restabelecimento diplomático entre a Coreia e a China resultou de uma mudança de objetivos políticos internos por parte dos dois países, facilitada por um conjunto de fatores históricos e culturais. Este trabalho argumenta também que o ritmo da reaproximação sino-coreana resultou de uma mudança estrutural no contexto internacional com o fim da Guerra Fria, especialmente no contexto regional, com a ascensão político-econômica da China.

O presente estudo se justifica pela importância dos atores envolvidos para a análise das relações internacionais. A China é considerada umas das três potências mundiais (MEARSHEIMER, 2001), e vem exercendo um papel global cada vez maior. O chamado processo de ascensão chinesa tem sido tema de diversos trabalhos acadêmicos na área de Relações Internacionais (BIZIAN, 2005; KANG, 2007). No contexto asiático, a diplomacia chinesa tem sido particularmente ativa, adotando uma “política de boa vizinhança” e buscando cooperar com seus vizinhos. Apenas um número relativamente limitado de trabalhos, entretanto, procurou abordar os impactos de tal processo sobre os atores regionais localizados no imediato entorno do território chinês.

Por outro lado, a Coreia vem desenvolvendo um papel cada vez mais ativo no cenário asiático. Fala-se inclusive de um processo de “ascensão sul-coreana” (NYE, 2009). As relações entre Coreia e China se aprofundam cada vez mais, com a crescente

importância do mercado chinês para as exportações coreanas (CUNHA, 2007). Não obstante, ambos os países adotam iniciativas de cooperação no âmbito político e militar (CHUNG, 2007)

É importante ressaltar a limitada produção acadêmica em língua portuguesa sobre relações internacionais da Coreia, a despeito da crescente aproximação entre este país e o Brasil. Neste sentido, tomando como ponto de partida as relações entre Seul e Pequim, este trabalho busca contribuir para o enriquecimento da produção acadêmica brasileira no estudo das relações internacionais da Ásia e Pacífico, em um momento de reposicionamento da região enquanto centro de trocas comerciais e emergência da China no quadro de poder que pauta a política internacional.

2. COREIA E CHINA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Um dos aspectos fundamentais para a compreensão da evolução bilateral recente entre a Coreia e a China é o estudo da História. Tendências históricas e conflitos podem tornar um povo mais favorável ou não a outro, com base em fatores culturais e de percepção; reproduzidos e reforçados nas gerações mais jovens tanto pela família como pela educação formal, tais sentimentos podem se tornar “virtualmente impossíveis de serem mudados significativamente” (CHUNG, 2007, p.12)⁴.

Coreia e China sempre foram países próximos. O relacionamento entre os dois países, chamado de “sadae”, ou “servir o grande” em coreano, estabelecia que a Coreia reconhecia ser a China uma potência maior, e se beneficiava disso. Tal relacionamento se manteve mesmo durante o período de fracionamento do território chinês pelas potências, encerrando-se com a declaração da República Chinesa e a queda da Coreia sob o julgo colonial japonês.

Apesar de tal afastamento, a percepção positiva da China pela Coreia persiste. Conforme observa Chung (2007), se na Europa, em termos gerais, logrou-se resolver a “questão alemã”, na Ásia a “questão japonesa” ainda segue sem solução⁵, já que sentimentos anti-japoneses, atribuídos aos 35 anos de domínio colonial nipônico sobre a Península Coreana, e que sempre foram amplos na Coreia, ainda não tiveram suas feridas curadas⁶. Em notável contraste, a ação militar da China contra a Coreia do Sul durante a Guerra que assolou a Península entre 1950 e 1953 parece ter sido totalmente perdoada pelos sul-coreanos, considerando o relacionamento próximo entre os dois países e a opinião geral positiva sobre a China. Tal fato intriga especialistas, já que “a visão positiva – e mesmo incondicionalmente favorável – que os sul-coreanos têm da China é ao mesmo tempo interessante e enigmática” (CHUNG, 2007, p.13).

Considerando a importância que as relações sino-coreanas durante o Período da *Pax Sinica*⁷ tiveram sobre a constituição da percepção da China entre os sul-coreanos, e

⁴ Exemplos de sentimentos e emoções entre nações, com origem histórica, englobam tanto o fenômeno do anti-americanismo em muitos países em desenvolvimento, como o anti-sionismo no mundo árabe.

⁵ Para uma discussão sobre a permanência da desconfiança entre Coreia e Japão, ver JUNG (1998).

⁶ CHUNG, 2007, p. 12-13.

⁷ Por *Pax Sinica* entende-se o período de paz no Leste Asiático, mantida pela hegemonia chinesa, entre a dinastia Han (206 a.C. – 220. d. C.) e meados da dinastia Qing (1644 – 1911), caracterizado pela dominância da civilização chinesa em termos políticos, econômicos, militares e culturais.

mesmo na formulação da política externa sul-coreana, faz-se necessário revisitar tais relações. Primeiramente, tratar-se-á das relações entre a China e a Coreia do Sul até o século XIX, enfatizando a proximidade entre os dois países. Trataremos brevemente, em seguida, do período compreendido entre o início do Século XX e a década de 1970, compreendendo a Guerra da Coreia (1950-1953). Finalmente, será apresentada a perspectiva teórica de David Kang, seguida das conclusões parciais do capítulo.

2.1. Relações China – Coreia até o fim do século XIX

Quando potências ocidentais buscavam estabelecer relações comerciais ou diplomáticas com a Coreia durante do século XIX, geralmente solicitavam à dinastia Qing, dominante na China à época, sobre a natureza de seu relacionamento com a Coreia, então durante a Dinastia Choson (1392-1910). A resposta dizia: “Choson é tributário da China; mas sobre a autonomia deste país em sua própria política, religião, proibições e ordens, a China nunca interveio nele”. De maneira similar, diplomatas japoneses recebiam a seguinte resposta: “Que a Coreia é um Estado dependente da China, é sabido por todos; que é um país autônomo, também é por todos sabido” (ZONGLI YAMEN apud LARSEN, 2008, p. 23). Tais afirmações surpreendiam representantes das potências ocidentais, que tinham dificuldade em encaixar tal relacionamento nas categorias estabelecidas pelo ocidente. Havia, entretanto, pouca dificuldade em compreender que tal relacionamento era a continuação de séculos, senão milênios, de tradição.

Conforme coloca Larsen (2008, p.24), esta noção era baseada em duas ideias prévias: a primeira é a existência de uma nação facilmente definida – “China”, ou “Coreia” – cuja História podia ser traçada do presente até a antiguidade. A segunda é a de que a maioria, senão todas, as relações internacionais pré-modernas da China eram conduzidas dentro de uma ordem Sinocêntrica reconhecida por seus vizinhos através de oferendas de tributos periódicas.

A ordem internacional vigente na Ásia até 1900 era centrada na China. Para esta, o mundo consistiria de “civilização” (China) e “bárbaros” (todos os demais Estados). Haveria, portanto, apenas um Estado central, circundado por vários Estados periféricos, dentre os quais a Coreia. Sob esta perspectiva,

“enquanto os Estados bárbaros estivessem dispostos a se curvar ao Imperador chinês, e assim demonstrar obediência formal a sua posição inferior na hierarquia, os chineses não teriam necessidade nem que invadir estes países, tampouco o desejo de fazê-lo” (KANG, 2003, p.169).

Dessa forma, de acordo com Kang (2003), submeter-se à China não envolvia necessariamente uma grande perda de independência, já que os Estados periféricos podiam gerir livremente tanto suas questões internas como suas relações externas de maneira independente da China.

Em termos econômicos, China, Japão e Coreia estabeleceram trocas comerciais entre si por séculos, tendo o envio de tributos pela Coreia à China se iniciado durante a dinastia chinesa Song (970-1279), apenas se institucionalizando durante o século XIV, entre a dinastia Ming na China, e a dinastia Yi, ou Choson, na Coreia (CHUNG, 2007, p.13). Kang destaca que o termo “tributário” deve ser interpretado com atenção, dado que os Estados tributários ganhavam tanto em comércio e apoio quanto davam ao Imperador chinês. Tributário, neste sentido, significava para o autor muito mais uma forma de comércio e de transmissão da cultura e tecnologia chinesas do que necessariamente um relacionamento político formal (KANG, 2003, p.170).

Tendo sofrido profunda influência chinesa em termos culturais, políticos e organizacionais, a Coreia, sempre foi vista pela China como um modelo de Estado tributário, tendo chegado, sob a dinastia Choson, “a ser o mais próximo de um Estado tributário-modelo que a China jamais encontrou” (LARSEN, 2008, p. 32). O país emulou e internalizou inúmeros aspectos ideológicos e políticos da China, destacando-se a adoção do Confucionismo pela dinastia Choson não apenas como ideologia governamental, mas como ideologia de todo o país quando de seu início, em 1392. Do ponto de vista da Coreia de Choson, a China como a potência continental era considerada uma protetora confiável e uma fonte crucial de “alta cultura” (CHUNG, 2007, p.14).

Esta influência chinesa foi decisiva também em outros Estados periféricos. Além da Coreia, Vietnã e Japão utilizam caracteres e vocabulário chineses há mais de 2000 anos. Se as línguas nativas eram usadas em conversas cotidianas, nas classes mais altas a comunicação oficial era sempre escrita em chinês. Mesmo aspectos como organização familiar, educação, artes e utensílios de uso geral teriam recebido algum tipo de influência chinesa.

Em termos organizacionais, a burocracia das nações asiáticas em muito se assemelhava à chinesa, envolvendo um sistema complexo de administração e governança. Mesmo o sistema de admissão de funcionários do governo, através de concurso de provas, disseminou-se entre os Estados da *Pax Sinica*, tornando-se um dos pilares para a ênfase dada pelos asiáticos à educação, já que “passar na prova trazia a si e a sua família um avanço substancial em termos de renda e prestígio” (KANG, 2003, p.173).

Aspectos geopolíticos também influenciaram no relacionamento entre os dois países. A Coreia era descrita como “a adaga apontada para o pescoço do dragão” devido à sua posição estratégica em relação à China (CHUNG, 2007, p.14). Durante as invasões japonesas à Península Coreana, em fins do século XVI, a Dinastia chinesa Ming (1368-1644) enviou enormes exércitos para ajudar a Coreia de Choson a expulsar os invasores. E conforme colocou um oficial chinês da época, “a proteção de Choson é central para a segurança da China” (CHUNG, 2007, p.14).

Kang (2003) traça um paralelo entre as relações internacionais na Ásia e na Europa entre 1300 e 1900. Para o autor, as interações sob a ordem sínica na Ásia se diferenciavam da Europa de duas maneiras fundamentais: primeiro, na Ásia, conflitos de grande porte eram separados por séculos; segundo, após os conflitos, as fronteiras interestatais permaneciam praticamente intactas (KANG, 2003, p. 170). Ainda segundo o autor, tais conflitos eclodiam na Ásia exatamente quando a ordem interna da potência central estava ruindo:

“Quando uma dinastia chinesa começava a declinar internamente, explodiam conflitos nos países periféricos e entre eles, à medida que a atenção da potência central era desviada. (...) Mas com a restauração do poder dentro da China, tais conflitos cessariam e as relações entre todas as potências continuaram relativamente pacíficas por séculos” (KANG, 2003, p. 170).

Tal previsão é verificada com o declínio da Dinastia Ming, em meados do século XVII, quando houve um breve período de turbulência interna da Coreia de Choson. O país se envolveu em duas guerras contra os Manchus no norte do país durante o século XVII, e a resistência de Choson em reconhecer os novos “bárbaros” resultou em uma invasão devastadora (LARSEN, 2008, p.36). A opção foi submeter-se à futura dinastia Qing, de origem Manchu. Com a consolidação do poder de Qing na China, a estrutura das relações da China com a Coreia continuaria pouco alterada, recebendo missões tributárias anuais e mandando enviados ocasionais para conceder a

investidura a reis coreanos. A Coreia conservaria também a relativa autonomia, com o que “os coreanos estavam mais que felizes em limitar as relações com os bárbaros que ocupavam a China continental” (LARSEN, 2008, p.38).

Tanto para a China como para a Coreia, este sistema de relações garantia segurança a ambas as partes, com um mínimo de comprometimento e obstáculos. À exceção do conflito com os Manchus e de duas outras invasões no fim do século XVII, a paz na Coreia teria durado por aproximadamente cinco séculos (LARSEN, 2008, p.40). Seria somente na segunda metade do século XIX, com o avanço do imperialismo europeu na Ásia, que a região enfrentaria um novo período de conflitos de grandes proporções.

Como coloca Chung (2007, p.15), após a Guerra do Ópio estava claro o destino da Dinastia Qing, que, após perder o Vietnã para a França, “teve que lutar uma guerra inevitável contra o Japão pela suzerania de Choson”. Buscando garantir o acesso de suas manufaturas ao mercado coreano, o Japão da era Meiji já vinha usando a diplomacia dos navios de guerra e o direito internacional moderno para forçar a Coreia de Choson a aumentar suas relações com o mundo exterior, sempre com o objetivo de estabelecer privilégios exclusivos na Península, com um mínimo de regulação ao comércio com o Japão. Este “imperialismo informal”, como coloca Larsen, era desafiado pela mediação que Qing fazia dos tratados da Coreia com outros países, acirrando a crescente disputa entre a China e o Japão pela hegemonia na Península Coreana (2008, p. 229). Estava montado o cenário para a chamada Primeira Guerra Sino Japonesa (1894-5), em que a vitória japonesa foi largamente facilitada pela instabilidade política que atingia a Coreia de Choson (LARSEN, 2008, p. 232-234).

Com a derrota de Qing em 1895, eram também encerradas as missões tributárias da Coreia para a China, conforme o artigo primeiro do tratado de paz que pôs fim ao conflito observa:

“A China reconhece a total e completa independência da Coreia, e em conseqüência, o pagamento de tributos e a realização de cerimoniais e formalidades pela Coreia para a China em decorrência de tal independência e autonomia, deverão cessar completamente para o futuro” (LEE, 1996, p.3).

A declaração do Rei coreano Kojong, recolocado no poder pelos japoneses, descreve a nova situação em que se encontrava a Coreia: “Toda ideia de dependência da

China deverá ser descartada, e uma base firme para a independência deverá ser assegurada” (LARSEN, 2008, p.235).

O Japão havia vencido a disputa com Qing pela Península Coreana. O conseqüente repúdio das formas anteriores de relacionamento com o Império Qing, a ratificação da aliança anti-chinesa entre a Coreia de Choson e o Japão, e outras declarações de independência foram feitas em um contexto de massiva presença militar japonesa e forte pressão de diplomatas japoneses.

A vitória japonesa decretou o fim da antiga ordem sinocêntrica era demolida. Acabava um relacionamento de séculos, baseado no ritual do envio de tributos, e o começo de expansão japonesa cada vez mais agressiva em direção ao continente. China e Coreia, tradicionalmente próximos, tornar-se-iam distantes por quase um século. A intrusão de potências ocidentais, seguiria o que Kang chamou de “um século de caos” (2003, p.173), com o Japão se tornando o novo hegemom regional.

2.2. Divisão e conflito no Século XX

A anexação da Coreia pelo Japão em 1910, e a disputa imperialista na China, levando à derrocada da Dinastia Qing e à proclamação da República, em 1912, consolidaram a interrupção das relações oficiais entre a Coreia do Sul e a China, que só seriam retomadas em 1992.

Uma exceção a este afastamento foi a ação clandestina de nacionalistas coreanos durante o período de colonização japonesa (1910-1945). Eles teriam apoiado tanto as forças nacionalistas chinesas do Kuomintang, como os revolucionários comunistas na China, especialmente na Manchúria, onde aproximadamente 37,000 coreanos residiam à época, agrupados em organizações comunistas contra a ocupação japonesa. Durante os anos 1930 e 1940, a cooperação entre rebeldes chineses e coreanos teria aumentado significativamente, unidos contra o imperialismo japonês (CHUNG, 2007).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional pós 1945 apresentava características bastante distintas, especialmente no Leste Asiático. O hegemom regional, o Japão, havia sido derrotado, e a China, antiga potência, estava mergulhada na guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas. As novas superpotências, a Rússia, que no final do século XIX já estendia seus interesses ao Leste

Asiático, buscava consolidar sua posição regional, e os Estados Unidos, presentes na região desde a colonização das Filipinas em 1898, estendiam sua área de atuação regional.

A guerra de libertação nacional contra o imperialismo japonês na Península Coreana acabou contribuindo para a separação da Península: a região ao Norte do paralelo 38, onde tropas soviéticas haviam atuado contra a presença japonesa, continuaria sob a influência de Moscou, enquanto a região ao sul do paralelo ficaria sob influência dos Estados Unidos. Mas, com o advento do conflito Leste-Oeste e do sistema internacional bipolar, eram a URSS e os Estados Unidos quem dariam as cartas na Península.

O fracasso das eleições de 1948, previstas para acontecer em toda a Península sob observação das Nações Unidas, selaria o destino de uma divisão permanente das duas Coreias. Em 15 de agosto daquele ano, era declarada a República da Coreia, apoiada pelos Estados Unidos; três semanas depois, em nove de setembro, era proclamada a República Democrática e Popular da Coreia.

Entretanto, tanto Syngman Rhee, apoiado pelos Estados Unidos ao Sul, como Kim Il-Sung, líder da Coreia do Norte, mantiveram suas pretensões de domínio completo sobre a Península. Com a retirada da Coreia do arco estratégico sob a segurança dos Estados Unidos, e a partida das tropas americanas do Sul, a posição de Kim acabou favorecendo seus planos expansionistas. O perímetro de defesa dos Estados Unidos não incluía a Península Coreana; que não era considerada de interesse vital dos EUA, mas que estaria sob proteção da ONU (YAHUDA, 2004).

O ano de 1949 marcaria uma mudança significativa no Leste Asiático. A vitória dos comunistas na China, sob a liderança de Mao, e a fuga dos nacionalistas para Taiwan, marcaria o avanço comunista sob a massa continental asiática. Este “desapontamento” americano com a China, agora sob a liderança comunista, colocava em questão a prioridade atribuída à Europa no cenário da Guerra Fria, que seria agravado com a eclosão do conflito na Península Coreana.

Recebendo o sinal verde tanto de Stalin quanto de Mao, que havia recém chegado ao poder com a vitória comunista na China, Kim resolveu agir. Em Junho de 1950, começava a Guerra da Coreia. As tropas norte-coreanas avançaram com

facilidade sobre o território ao Sul do paralelo 38, mas recuaram após o início da ofensiva das tropas das Nações Unidas, sob a liderança dos Estados Unidos.

O avanço das tropas aliadas ao Norte chegou próximo do rio Yalu, que marca a fronteira com a China. Esta, ainda enfrentando situação política adversa internamente, entraria na guerra até o fim daquele ano. Como coloca Yahuda (2004),

“o que foi visto pela ONU como movimento pela reunificação da Coreia foi percebido por Mao como ameaça à segurança da China e à sobrevivência de seu regime revolucionário” (2004, p. 26).

A Guerra da Coreia integraria a Ásia-Pacífico no sistema da Guerra Fria, demarcando a “fronteira” ideológica no Nordeste Asiático pelos 25 anos seguintes. Igualmente, a divisão estratégica entre as diferenças político-ideológicas da URSS e dos EUA era refletida também nas divisões locais, com a Coreia e a China divididos.

Para Chung, a Guerra da Coreia demonstrou claramente a importância da Península Coreana para a China, “considerando a situação política que a China enfrentava quando decidiu enviar tropas para a Coreia, a disposição de Pequim em sacrificar seus próprios interesses para salvar Pyongyang” (2007, p. 15). O governo revolucionário, ainda enfrentando oposição interna, optou por participar do conflito. Este raciocínio estratégico e geopolítico adotado pela China em relação à questão coreana é chamado “relacionamento entre lábios e dentes”. Sem os lábios – a Península Coreana, ou a Coreia do Norte, mais recentemente – os dentes (a China) poderiam ser afetados.

Este pensamento interdependente contribuiu para o nascimento de conceitos como “aliados de sangue” ou “fraternidade”, que caracterizaram as relações entre a Coreia do Norte e a China após a Guerra da Coreia, e que seguiram praticamente intocados até a decisão de Pequim de restabelecer relações diplomáticas com a Coreia do Sul em 1992, a despeito da barganha feita por Pyongyang entre Pequim e Moscou durante o ápice do cisma sino-soviético nos anos 1960.

O antagonismo entre a China e Coreia do Sul continuou durante os anos 1960. Alguns incidentes, entretanto, poderiam ter servido como pretexto para o início de

contato oficial entre os dois países, como a deserção de dois pilotos das forças armadas chinesas para a Coreia do Sul em 1961⁸.

A assistência econômica e política dos Estados Unidos havia sido fundamental para a Coreia do Sul após o fim do conflito civil, já que o país tinha sua economia em frangalhos e uma liderança política limitada. Entre as décadas de 1960 e 1970, período inicial da arrancada econômica sul-coreana, o acesso preferencial ao mercado americano foi uma pré-condição essencial que tornou possível para o líder autoritário Park Chung-Hee adotar sua estratégia de desenvolvimento baseada nas exportações. Desta forma, a ascensão dos Estados Unidos à condição de maior parceiro comercial da Coreia foi um subproduto natural da dependência securitária enfrentada pelo país.

Nas décadas seguintes à Guerra da Coreia, a China e a Coreia do Sul não tinham praticamente nenhum vínculo econômico, e mínimo contato político, já que Washington havia se tornado o foco político-econômico primordial para Seul. Considerando a histórica influência da China na Península, esta ausência de interações entre a Coreia do Sul e a China se tornava ainda mais artificial.

Mudanças na ordem internacional e na política externa dos Estados Unidos e da China durante os anos 1970 alterariam a posição de Seul. Até o fim daquela década, as relações entre ambos evoluíam significativamente, com o estabelecimento das primeiras trocas comerciais entre os dois países. Tais fatores serão analisados em detalhe no próximo capítulo.

2.3. O modelo hierárquico de Kang

Kang (2003) defende que as relações internacionais da Ásia são historicamente hierárquicas, mais pacíficas e mais estáveis que o Ocidente. O sistema seria baseado em termos materiais, e reforçado por séculos de prática cultural, sendo também formado por Estados soberanos, definidos em áreas geográficas. Enfatizava-se, assim, a hierarquia formal entre as nações, sendo a China o Estado central, e os demais Estados, periféricos, ou “vassalos”, e enquanto a hierarquia era respeitada, não havia necessidade de guerra

⁸ Neste episódio, a Coreia do Sul optou por enviar imediatamente os desertores, e mesmo o avião, para Taiwan, o único governo da China reconhecido por Seul à época. Ver CHUNG, 2007, p.30.

inter-estatal (KANG, 2003, p.166). Tal sistema contrastaria claramente com o princípio ocidental de igualdade entre os Estados, hierarquia informal, e constante conflito entre Estados.

Ao fim do século XIX, o que se viu foi a ruína da velha ordem asiática, a partir do domínio regional tanto por potências ocidentais como asiáticas. Para Kang, enquanto realistas e liberais tendem a enxergar a Ásia como potencialmente instável, o sistema tende a reverter para um padrão de hierarquia, resultando, na verdade, em uma crescente estabilidade (2003, p.164).

O modelo hierárquico de Kang baseia sua análise em Estados-nação, que existiriam definidos sobre uma área geográfica, e a posição dos Estados se definiria pelo seu poder e pela geografia. No modelo hierárquico a posição relativa importa, já que existe uma potência central e vários Estados menores que gravitam em torno da primeira. Hierarquia, para Kang, seria não o contrário de anarquia, conforme defendido por Waltz (1979), mas o contrário de igualdade. Conforme afirma o autor, a única mudança significativa feita ao modelo realista é “assumir explicitamente que os Estados-nação não são iguais enquanto agem no cenário mundial” (KANG, 2003, p.166).

O ponto chave é que

“todas as nações entendem que o Estado principal não tem ambições territoriais nem expansionistas, e que existe um método para resolver possíveis conflitos. (...) O equilíbrio é resultante porque os outros Estados sabem que se opor ao Estado central é impossível, e portanto submetem-se a ele ao ponto em que os custos esperados de conquistá-los seja pouco maior que os benefícios resultantes” (KANG, 2003, p. 166).

Um sistema hierárquico se diferencia de um sistema Westfaliano, característico das relações interestatais no Ocidente, e onde os Estados são iguais -, com relação às implicações no comportamento de seus atores, de quatro formas principais:

1) A postura de “bandwagoning”, ou “seguir o fluxo”, por parte dos Estados menores é uma característica central no modelo hierárquico. Contrastando com as previsões realistas de que os Estados menores devem temer e contrabalançar o Estado central, Kang defende que os Estados menores na verdade juntam-se ao Estado principal com a intenção de se beneficiar, já que “boas relações com o Estado central garantem sobrevivência e mesmo prosperidade aos Estados menores” (KANG, 2003, p.167). Da mesma forma, quando desafiam o Estado central, este se reserva o direito de usar a

força para restaurar a ordem nos Estados menores. Com o tempo, esta hierarquia se desenvolve e pode se tornar um padrão formal ou informal nas relações entre os Estados. É, portanto, através o uso da força pelo Estado central que os conflitos são resolvidos e a ordem restaurada, levando os Estados menores a perceberem que, na verdade, desafiar a hierarquia iria contra seus próprios interesses.

2) Um sistema hierárquico pode ser mais estável que um sistema “Westfaliano” em tempos prósperos, mas pode ser mais caótico em tempos ruins. Para Kang, como no sistema hierárquico “cada Estado sabe o seu lugar”, há pouca desconfiança e pouco desvio de informação, e em tempos normais o Estado central seria capaz de prover meios de se ajustar a circunstâncias especiais. Já no caso de o Estado central entrar em colapso e a hierarquia quebrar, a ordem seria mais facilmente afetada, pois os Estados não estariam preparados para lidar com um ambiente de incertezas. Assim, em tempos de fraqueza ou de grandes mudanças no sistema, Kang afirma haver menos estabilidade que haveria em um sistema ocidental.

3) O poder material é a base da hierarquia, mas outros fatores também importam. Valores culturais compartilhados podem servir para mitigar o dilema da segurança e aumentar o nível de comunicação entre os Estados no sistema. Assim, “mesmo que as normas culturais derivem da estrutura de poder existente, elas não são de maneira alguma inconseqüentes ou secundárias” (KANG, 2003, p.168).

4) Há pouca interferência do poder central nos assuntos dos Estados menores na hierarquia. De acordo com o autor, “da mesma forma que os Estados menores reconhecem a posição única do Estado central, este respeita a autonomia e soberania dos Estados menores” (KANG, 2003, p.168). Assim, os Estados menores têm autonomia total para organizar-se internamente e conduzir sua política externa, já que “o Estado dominante não necessariamente se preocupa com as políticas externas dos Estados menores, desde que as relações com o próprio sejam mantidas” (KANG, 2003, p.168).

O modelo de Kang é bastante útil na análise das relações entre a Coreia e a China não apenas durante o século XIX mas também durante o século XX. A partir de 1895, com o declínio da ordem sínica, a Ásia vivenciou um período de instabilidade constante, com os imperialismos ocidental e japonês. O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o fim das aspirações territorialistas regionais do Japão, mas inseriu o Leste Asiático novamente na disputa entre duas potências, com a divisão da Península Coreana e o conflito civil que se seguiu. Dessa forma, é possível concordar em parte com o autor, já que a partir da consolidação interna da liderança chinesa do Partido

Comunista, após 1978, a China passou a, gradualmente, ampliar suas relações com os vizinhos e a exercer um papel mais assertivo na região, tal como fizera até o fim do século XIX.

2.4. Conclusões parciais

O estudo das relações sino-coreanas até a década de 1970 apresenta duas fases bastante distintas: até o fim do século XIX, mais precisamente até o ano de 1895, a Coreia era parte integrante do sistema regional sob liderança chinesa, o que a colocava como Estado tributário de Pequim e recebedora de significativa influência chinesa.

Com o advento do século XX e a expansão japonesa – novo *hegemon* regional –, as relações entre a China e a Coreia são severamente afetadas. Os dois países passam a ter virtualmente nenhum contato oficial até o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do império colonial japonês na Ásia. Tal separação permanece após 1945, com a divisão da Península Coreana e o avanço da estrutura ideológica bipolar sobre o Nordeste Asiático. Parte da Coreia retomaria seus laços com a China, sobre bases ideológicas e estratégicas, enquanto aliados militares; a porção ao sul do Paralelo 38, capitalista e sob influência dos Estados Unidos, continuaria a identificar na China um inimigo em potencial. A Coreia do Sul, objeto deste estudo, seguiria sem virtualmente nenhum contato oficial com a China, à exceção de sua porção rebelde e capitalista, Taiwan.

Considerando o histórico de bom relacionamento entre a Coreia e a China, é interessante observar que o período que se inicia em 1895 e que se estenderia até 1992 é caracterizado por um afastamento significativo, raro nas relações históricas entre os dois países. Sua artificialidade em perspectiva histórica coloca em xeque análises que tomam como base o caráter intrinsecamente antagônico da Coreia do Sul e da China. É com o objetivo de compreender o processo de aproximação entre os dois países que serão tratadas as relações sino-sul-coreanas entre 1970 e 1992.

3. O PERÍODO PRÉ-NORMALIZAÇÃO (1970-1992)

A estrutura bipolar das relações internacionais durante a Guerra Fria foi determinante na manutenção do conflito ideológico também no Leste Asiático até a década de 1970, quando a reaproximação sino-americana e a *détente* entre a URSS e os EUA alterou a configuração de poder na região. Em conjunto com as reformas chinesas, empreendidas a partir de 1978, e com o avanço do capitalismo coreano, uma lenta, porém profunda, mudança nas relações entre a Coreia do Sul e a China estava em gestação durante os anos 1980.

Na seção a seguir, buscamos analisar esta mudança, ocorrida o período imediatamente anterior à normalização diplomática, objeto de análise deste trabalho, entre a Coreia do Sul e a República Popular da China. Serão discutidos os fluxos de comércio e as interações diplomáticas que abriram caminho para a aproximação oficial no início da década de 90.

3.1. Relações entre a China e a Coreia do Sul até 1987

Até o início dos anos 1970, as relações sino-sul-coreanas eram profundamente antagonistas, devido ao embate mútuo durante a Guerra da Coreia, situação reforçada pela Guerra Fria. A China mantinha uma relação amigável com a Coreia do Norte, relação que chegou a ser chamada de “aliança selada em sangue” (CHUNG, 2007, p. 29). Por outro lado, a Coreia do Sul sustentava um relacionamento bastante próximo com Taiwan. As tradicionais relações entre a China e a Coreia eram divididas em dois relacionamentos paralelos – Coreia do Sul e Taiwan (República da China), e Coreia do Norte e a China popular.

Mas mudanças significativas no cenário estratégico indicavam novas tendências. A reaproximação entre a China, os Estados Unidos, e mesmo o Japão trouxe novos desafios a ambos os governos da Península Coreana, com especial impacto sobre a posição da Coreia do Sul, que até então tinha na China uma de suas principais preocupações. Tendo seu principal aliado, os Estados Unidos, se aproximado de Pequim, Seul começou a dar sinais gradativos da mudança de abordagem com relação à China.

Já em 1971, ciente do impacto que a China tinha sobre a Coreia do Norte, o chanceler sul-coreano chegou a afirmar que a normalização com a China, e mesmo com

a União Soviética, com “flexibilidade e seriedade”, era uma política do governo sul-coreano (CHUNG, 2007, p.30). Sob a presidência de Park Chung-Hee, Seul não mais adotaria uma posição antagônica à China, ao menos que Pequim adotasse tal postura primeiro (CHUNG, 2007), passando de uma postura ofensiva para uma postura reativa em relação à Pequim; posturas “pacíficas” em relação à China foram adotadas pela Coreia durante toda a década de 1970.

Considerando que a China adotava uma política de discriminação contra empresas americanas e japonesas que tivessem negócios na Coreia do Sul, esta se preocupava com os impactos de longo prazo da “febre” chinesa, nos EUA e no Japão, sobre a economia sul-coreana. O possível impacto que tais retaliações poderiam ter sobre seu comércio externo com seus maiores mercados à época levou Seul a flexibilizar sua política externa, alterando sua legislação de comércio exterior para permitir o comércio com países comunistas que não a Coreia do Norte e Cuba (CHUNG, 2007, p.31).

Em termos diplomáticos, o Ministério do Exterior sul-coreano procurou “abrir janelas” de contato com a China, permitindo a seus diplomatas encontrar e conversar com seus colegas chineses, designando embaixadas em países terceiros, e o consulado geral em Hong Kong como “pontos-chave” para o contato com a China. Tais medidas visavam superar a completa ausência de meios de contato oficiais entre os dois países, ainda que em termos extra-oficiais. Em complemento, a Coreia do Sul optaria por suspender a expansão das relações políticas com Taiwan além do ponto em que já se encontrava.

Em 1973, a Coreia do Sul abandonou aquele que havia sido uma das bases de sua diplomacia até então. O chamado “princípio Hallstein”, na interpretação sul-coreana, significava que Seul não estabeleceria relações diplomáticas com nenhum país que reconhecesse a Coreia do Norte. Com seu abandono, a Coreia do Sul aumentava significativamente sua potencial projeção internacional, abrindo suas portas a todos os países, como coloca o Presidente Park Chung-Hee:

“A República da Coreia abrirá suas portas para todas as nações do mundo com base nos princípios de reciprocidade e igualdade. Ao mesmo tempo, conclamamos aqueles países cujas ideologias e instituições sociais são diferentes das nossas a abrirem suas portas da mesma forma para nós.” (PARK apud LEE, 1996, p. 106).

No mesmo ano, durante as negociações sobre a delimitação da plataforma continental no Mar Amarelo, a Coreia do Sul se referia à China como “República Popular da China” pela primeira vez.

A proibição de envios postais para países comunistas foi suspensa por Seul em 1974. Deslocados pela Guerra da Coreia, muitos cidadãos chineses de etnia coreana residiam no Nordeste do país, nas proximidades da fronteira com a Coreia do Norte, o que permitiu a chineses de origem coreana trocarem cartas com seus parentes na Coreia do Sul.

Entre 1975 e 1977 poucos acontecimentos marcaram o relacionamento entre os dois países. A principal razão seria a crise política que assolava a China, com a morte de Mao, a prisão da Gangue dos Quatro e a luta pela sucessão em Pequim. Com o restabelecimento da ordem política na China, e a solução da disputa sucessória, os dois lados retomariam os avanços verificados entre 1972 e 1974.

Em 1978, surgiam os primeiros comentários, na mídia chinesa, sobre o “milagre econômico” sul-coreano, feito por um dirigente da Agência de Notícias “Nova China”, de que o sucesso de Seul merecia “a atenção da China” (CHUNG, 2007, p.34). No fim do ano, o ministro do exterior sul-coreano afirmaria que “o governo do país não proibiria o comércio com países comunistas, com os quais não mantém relações diplomáticas” (CHUNG, 2007, p.35). Se, por um lado, apenas reiterava as mudanças feitas em 1972, tal afirmação ocorre em sincronia com a “abertura chinesa” ao mundo, após a ascensão de Deng Xiaoping.

Se no âmbito econômico houve avanços, trocas oficiais continuavam estritamente proibidas. Um exemplo foi a decisão de Pequim de não mais sediar o Torneio Asiático de Futebol Juvenil, previsto para ocorrer em Shanghai, pois a Coreia do Sul poderia reivindicar o direito de participar enquanto vencedora da competição anterior (CHUNG, 2007, p. 32-34).

O ano de 1979 é geralmente visto como o ponto de partida para o comércio sino-sul-coreano, tendo sido a única área relevante de cooperação bilateral até 1983. O comércio era feito de maneira indireta, na forma de re-exportações de Hong Kong, Cingapura e do Japão, com uma série de intermediários de maneira a acomodar o desejo da China de manter os negócios com a Coreia do Sul em segredo.

No período, Pequim se mantinha extremamente cautelosa e sensível a qualquer sinal de descontentamento por parte da Coreia do Norte. Devido a queixas de Pyongyang, a China chegou a deter catorze navios carregando produtos sul-coreanos em 1982⁹. Desta forma, o comércio bilateral era extremamente volátil, sujeito às reações que China e Coreia do Sul poderiam enfrentar, respectivamente, da Coreia do Norte, e de Taiwan, em menor extensão. Apesar disso, o comércio indireto aumentou mais de sete vezes, de US\$ 19 milhões em 1979 para US\$ 134 milhões em 1983 (CHUNG, 2007).

O ano de 1979 marcou também a crise de transição na Coreia do Sul. O surpreendente assassinato do presidente Park Chung-Hee pelo chefe da agência de inteligência sul-coreana mergulhou o país em uma ampla disputa pelo poder, que só seria estabilizada com a ascensão de um novo regime autoritário, sob a liderança de Chun Doo-hwan. As manifestações pela democracia de Maio de 1980 em Gwangju, reprimidas violentamente pelo governo, arranhou a imagem internacional do país, amplamente criticado. É interessante observar que a China foi bem menos crítica à Seul que a União Soviética com relação ao massacre (CHUNG, 2007).

Em visita aos Estados Unidos em 1981, Chun Doo-hwan afirmou que “se a China é amiga dos Estados Unidos, acho que posso estender a lógica e dizer que um amigo de um amigo não é uma ameaça para nós”¹⁰. Em retrospecto, estes sinais apontavam para a possibilidade de um degelo nas relações sino-sul-coreanas. A ênfase crescente de Pequim na expansão da cooperação econômica com o mundo exterior coincidiu com a busca, pela Coreia do Sul, de mercados de exportação e de paz na Península. Conforme coloca Chung, “Seul estava mais do que preparada para responder com disposição às iniciativas que Pequim pudesse adotar” (2007, p. 33).

Um incidente que merece atenção aconteceu em maio de 1983. Um avião civil chinês foi seqüestrado e forçado a fazer um pouso de emergência em uma base aérea sul-coreana. A China solicitou imediatamente que a Coreia do Sul recebesse uma delegação chinesa para discutir os termos para solução do problema. Nisto, Pequim referiu-se à Coreia do Sul como “Republica da Coreia” pela primeira vez em sua correspondência bilateral, fora de organizações internacionais. A questão foi

⁹ CHUNG, 2007, p.32.

¹⁰ No original: “If China is a friend of the United States, I think I can extend the logic and say a friend of a friend is less of a threat to us”. CHUNG, 2007, p. 33.

solucionada com a participação da delegação chinesa, e os seqüestradores seriam julgados pela justiça sul-coreana. O incidente marcou o primeiro contato oficial direto, e a primeira negociação diplomática entre os dois países, o que levou à implementação de uma linha de telex bilateral e uma via de comunicação temporária, através de Tóquio (LEE, 1996).

Diversos sinais após o seqüestro apontaram para uma mudança na posição chinesa com respeito à Coreia do Sul. Pela primeira vez, dirigentes sul-coreanos eram autorizados a participar de conferências de organizações internacionais realizadas na China. A diplomacia dos esportes foi um catalisador crucial para a aproximação entre Seul e Pequim. Ainda em 1983 o país anunciaria sua participação nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Ainda, a China estendeu o convite à participação sul-coreana nos Jogos Asiáticos de Pequim, em 1990 à Coreia do Sul, que na ocasião foi chamada de República da Coreia.

Chung (2007) aponta três fatores como sendo cruciais para o “boom” nas relações sino-sul-coreanas entre 1979 e a 1984. Primeiramente, o estabelecimento de um maior contato direto, como no episódio do seqüestro do avião em 1983, aumentou o nível de conhecimento e confiança mútua entre os dois antigos adversários. Em segundo lugar, a melhora das relações da Coreia do Norte com Moscou na primeira metade dos anos 1980 teria aumentado a disposição da China em se aproximar da Coreia do Sul. Terceiro, diante da necessidade de divisas, capital, e tecnologia para fomentar seu programa de reformas econômicas, a China se tornou mais receptiva à expansão dos laços econômicos com a Coreia do Sul.

3.2. O Comércio entre a China e a Coreia do Sul, 1979-1987

Entre 1984 e 1987, a corrente de comércio, soma das importações e exportações, aumentou de US\$ 462 milhões para US\$ 1,679 bilhões. O período marcou também o início dos investimentos sul-coreanos na China cujas iniciativas, apesar de pequenas e indiretas, abriram caminho para outras parcerias. A China aparentou se acostumar cada vez mais às reclamações feitas pela Coreia do Norte em relação ao comércio com a Coreia do Sul.

Tabela 1: Comércio da Coreia do Sul com a China, 1978-1987 (em US\$ milhões)

Ano	Total	Exportação para a China	Importação da China	Via Hong Kong
1979	19	4	15	-
1980	188	115	73	80
1981	353	205	148	219
1982	129	48	81	150
1983	134	51	83	160
1984	462	229	233	345
1985	1161	683	478	604
1986	1336	715	621	653
1987	1679	813	866	-

Fonte: CHUNG, 2007, p. 36.

Analisando os dados do comércio bilateral, pode-se verificar uma grande queda no comércio entre os dois países entre 1982 e 1983. Especialistas apontam a redução das importações pela China, como forma de reduzir o superaquecimento de sua economia entre 1981 e 1982, e o aumento no tom das reclamações norte-coreanas à China em 1982.

Entre as importações sul-coreanas, os principais produtos eram agrícolas. Com a superprodução de milho em 1984, a Coreia do Sul aproveitou a opção chinesa pela exportação e utilizou intermediários em Hong Kong para importar o produto, e o sucesso do negócio passava necessariamente por esconder o nome do real porto de destino. Além do milho, outro produto que se destacava entre as importações sul-coreanas da China é o carvão, chegando a um valor de US\$ 51,2 milhões importados em 1986.

Entre os dez maiores produtos de exportação da Coreia do Sul para China, estavam materiais têxteis, equipamentos elétricos, papel, vidro e fibra artificial. A análise do comércio entre os dois países no período denota a existência de uma divisão vertical, tanto inter como intra-industrial. Enquanto a Coreia do Sul exportava intermediários e finais, como equipamentos elétricos, tecidos, e aço, a China exportava recursos naturais, produtos agrícolas, novelos de seda e algodão e outros produtos primários.

Os investimentos sul-coreanos na China avançaram entre 1984, com o estabelecimento de algumas joint-ventures, mas questões políticas seguiam afetando tais iniciativas. Entre as iniciativas, destacam-se a construção de uma planta de TVs, atrasada pela preocupação chinesa com a Coreia do Norte; e a construção de um Porto em Fujian, na costa sudeste chinesa, suspensa após ser descoberta pelo Ministério do Exterior chinês. Apesar das incertezas na garantia dos investimentos e do retorno dos projetos, a novidade do período foi a participação de grandes conglomerados sul-coreanos, como Daewoo e Hyundai, na condução destes negócios, ainda que em caráter experimental.

3.3. A reaproximação, 1988-1992

Como resultado do sucesso inicial da cooperação econômica, a China foi progressivamente mais receptiva à expansão dos contatos, trocas e transações com a Coreia do Sul entre 1988 e 1992. Tanto os Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, como os Jogos Asiáticos de Pequim, em 1990, contribuíram para a expansão do contato extra-oficial, assim como um aumento significativo do comércio bilateral e do investimento sul-coreano na China.

Em 1987 ocorreriam as primeiras eleições para a Presidência da Coreia do Sul desde 1971, com a vitória de Roh Tae-Woo. Era o retorno da democracia ao país, mesmo que o novo presidente ainda fosse militar e próximo ao seu antecessor, Chun Doo-hwan. O novo governo adotaria a “Nordpolitik”, ou política para o Norte, em relação a países socialistas. Entre os principais projetos do governo, estava um plano de desenvolvimento da costa oeste do país, localizada em direção à costa leste chinesa, ao mesmo tempo, o governo chinês decidiu abrir o acesso às penínsulas de Liaodong e Shandong, esta o território chinês mais próximo da Coreia do Sul. Apesar da ação não

ter sido coordenada, a coincidência de tais políticas denota a ampliação da base de cooperação entre Seul e Pequim.

Os Jogos Olímpicos de Seul em 1988 trouxeram uma oportunidade valiosa, e cronologicamente estratégica, para a expansão da cooperação entre os dois países. A participação da China e da União Soviética no evento significou uma vitória diplomática para a Coreia do Sul, que havia logrado evitar a campanha da Coreia do Norte pelo boicote aos Jogos. Ainda, os números do comércio bilateral entre a China e a Coreia do Sul, que praticamente dobrou, de US\$ 1,679 bilhão para US\$ 3,087 bilhões entre 1987 e 1988, demonstram o efeito positivo do evento.

Imediatamente após os bem-sucedidos Jogos Olímpicos em Seul, as relações bilaterais melhoraram significativamente. Tal fato é demonstrado pela publicação de publicidade de produtos sul-coreanos na mídia chinesa, e a proposta, pelo Conselho de Promoção do Comércio Internacional da China (CCPIT), de negociar a troca de escritórios comerciais com a KOTRA¹¹, agência de promoção comercial da Coreia do Sul, em janeiro de 1989. Surgiam as primeiras especulações sobre a iminência da normalização sino-sul-coreana. Tais avanços, entretanto, tiveram vida curta, com a tragédia da Praça da Paz Celestial em Pequim, em junho de 1989.

As repercussões de Tiananmen afetaram consideravelmente o processo de reaproximação sino-sul-coreano. Em 1989, o comércio entre os dois países teve, pela primeira vez desde 1983, uma queda de 16%. Três fatores teriam contribuído para tal queda: a adoção de novas barreiras à importação de bens de consumo pela China, ainda em 1988; a extensão destas barreiras à produtos como televisores, toca-fitas e computadores – todos eles importantes na pauta de exportações sul-coreana; e a retirada de preferências fiscais à itens de embalagem neutra, aplicável à maior parte das exportações sul-coreanas (CHUNG, 2007, p. 45).

Se por um lado o incidente da Praça da Paz Celestial demonstrou que as relações econômicas entre a Coreia do Sul e a China estavam sujeitas a fatores internos e externos, por outro lado este ficou praticamente restrito à queda no comércio bilateral, tendo sido poucos os demais impactos. Ainda em 1989, Seul participou de um empréstimo conjunto à China, e no primeiro semestre de 1990 o valor dos investimentos em joint-ventures cresceria em 90% em relação ao ano anterior (CHUNG, 2007, p.46).

¹¹ Korean Trade-Investment Promotion Agency.

A China, por sua vez, também parecia demonstrar que a manutenção e expansão da cooperação econômica era de seu interesse. A Coreia do Sul havia silenciado sobre a repressão militar na Praça da Paz Celestial, e mostrava-se mais disposta a continuar os negócios com Pequim que os Estados Unidos ou o Japão. Ainda, diversos conglomerados sul-coreanos doaram US\$ 5 milhões e centenas de carros de passeio como demonstração do apoio à organização dos Jogos Asiáticos de 1990 em Pequim (CHUNG, 2007, p. 48). Estes eventos traçam o pano de fundo para a decisão de estabelecer escritórios de representação comercial bilateral no fim de 1990.

O ano de 1991 traz um marco institucional no processo de reaproximação entre Seul e Pequim: o estabelecimento de escritórios de representação comercial. Não por coincidência, o comércio entre os dois países atingiu um total de US\$ 5,812 bilhões em 1991, crescendo 52% em relação à 1990 (Ver Tabela 2)

Desde 1988, a Coreia do Sul buscava o estabelecimento destes escritórios, já que seus interesses econômicos na China tinham aumentado significativamente ao longo dos anos. A China, por sua vez, seguia cautelosa, devido à repercussão política que poderia se criar para suas relações com a Coreia do Norte. Inicialmente, Pequim autorizou empresas coreanas a criarem escritórios de negócios na China, mas se opunha à qualquer representação governamental. Excepcionalmente, em 1987, a China havia autorizado também a assinatura de tratados entre o escritório regional da CCPIT em Shandong, região designada como estratégica para o comércio com a Coreia do Sul, e a KOTRA— que acabou não acontecendo dada a preferência de Seul por um escritório nacional em Pequim, ao invés de um escritório regional que representaria apenas uma ou duas províncias (LEE, 1996).

A insistência de Seul por um escritório nacional levou as negociações a um impasse, que permaneceu até o fim de 1989. Graças, supostamente, ao êxito do comércio bilateral, e a seu caráter benéfico, a China adotou uma postura mais flexível, e passou a considerar o estabelecimento de uma representação nacional. Com o início das negociações, o obstáculo passou a ser a denominação oficial a ser dada à representação, ao que a Coreia do Sul acabou cedendo à proposta chinesa de evitar o uso do nome

oficial do país, Republica da Coreia. Ficou acordado que a representação seria “Escritório da Agência de Promoção de Comércio da Coreia em Pequim”¹².

Após o estabelecimento dos escritórios comerciais, as relações comerciais entre a Coreia do Sul e a China aceleraram ainda mais no começo de 1992, com a assinatura de acordos comerciais, de tarifas e sobre garantias de investimento. As exportações sul-coreanas receberam também o status de “nação mais favorecida”, evitando tarifas diferenciadas. Em Março de 1992, praticamente todas as questões comerciais e econômicas estavam solucionadas, restando apenas a normalização diplomática (CHUNG, 2007).

3.4. Comércio China-Coreia do Sul, 1988-1992

O comércio continuou sendo a área de interação bilateral mais importante entre a Coreia do Sul e a China no período, e seu crescimento contribuiu para a trajetória de reaproximação entre a Seul e Pequim. O valor negociado passou de US\$ 3,087 bilhões em 1988 para US\$ 8,218 bilhões em 1992. Desde 1979, a China havia acumulado um superávit comercial de US\$ 3,265 bilhões com a Coreia do Sul. A despeito disso, Seul concedia, assim, atenção especial a seu comércio com a China, dado que a cooperação econômica entre os dois países era fomentada em grande parte por considerações políticas de Seul, assim como por sua busca pela diversificação de mercados para suas exportações.

Tabela 2: Comércio Coreia do Sul-China, 1988-1992

Comércio Coreia do Sul - China (em US\$ milhões)				
Ano	Corrente	Exportações	Importações	Saldo
1988	3.087	1.700	1.381	319
1989	3.143	1.438	1.705	-267
1990	3.821	1.553	2.268	-715
1991	5.812	2.371	3.441	-1.070
1992	8.218	4.493	3.725	768

FONTE: LEE, 1996, p.146.

¹² Pequim Office of the Korea Trade Promotion Corporation, no original.

A participação do comércio bilateral com a China, no comércio exterior da Coreia do Sul cresceu de 2,7% em 1988 para 3,8% em 1991; em relação ao comércio exterior total da china, as trocas bilaterais passaram de 3,8% em 1988 para 4,3% em 1991. O comércio entre os dois países seguia apresentando uma estrutura complementar, com uma divisão vertical do trabalho.

Já os investimentos sul-coreanos permaneceram marginais até o surgimento dos escritórios de representação comercial em 1991, tendo sido pequenos em relação ao total de comércio bilateral. Uma vez estabelecidos os canais de investimento, o volume aplicado cresceu rapidamente, de US\$ 9,8 milhões em 1989 para US\$ 85 milhões em 1991. O principal objetivo de tais projetos era aproveitar o baixo custo da mão-de-obra chinesa com vistas a reexportar os produtos para outros mercados.

3.5. Interpretando a aproximação: as perspectivas de Copeland e Berger

Dois perspectivas teóricas oferecem um escopo de análise interessante para o processo de reaproximação sino-sul-coreana entre os anos 1970 e 1992. Copeland (2003) analisa o papel das perspectivas de comércio na definição da política externa. Já Berger (2003) observa o impacto do desenvolvimento econômico nos Estados do Leste Asiático sobre sua formulação de política externa.

Copeland (2003) questiona se a interdependência econômica seria uma força para a paz ou para a guerra. Para o autor, nem a análise liberal de que o aumento do comércio fomenta a cooperação ao incentivar os Estados economicamente à paz, nem o argumento realista de que os estados dependentes em termos comerciais entrariam em conflito pela garantia de acesso contínuo a bens essenciais é suficiente. Copeland introduz uma nova variável de análise: as expectativas de comércio futuro de um Estado:

“Se as expectativas de comércio forem positivas, Estados dependentes irão esperar que possam gozar dos benefícios do comércio no futuro, e assim estarão mais inclinados à paz. Se, entretanto, tais expectativas forem pessimistas, temendo um corte no abastecimento de bens vitais ou a manutenção de restrições vigentes, o valor negativo esperado do comércio o levarão ao conflito” (COPELAND, 2003, p.324).

Dessa forma, ainda que o comércio favoreça a um ou outro Estado em um dado momento, a decisão por cooperar ou não cooperar não é baseada na situação atual, mas nas perspectivas futuras.

Berger (2003), ao analisar o Leste Asiático contemporâneo, observa que um traço cultural e de propósito comum aos países da região seria a emergência de um consenso a respeito da prioridade do desenvolvimento econômico sobre a busca de poder político-militar. Para o autor, deste o fim do século XIX, um foco unilateral no crescimento econômico e desenvolvimento foi uma das características dominantes das relações asiáticas. Se originalmente o crescimento econômico era visto como um complemento necessário ao poder militar, após a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento passou a ser, no mínimo igual, senão de maior importância, do que o poder político militar.

Desenvolvido inicialmente no Japão do pós II Guerra, esta orientação teria se espalhado por outros países. Coreia do Sul, Taiwan, e China, sob regimes autoritários e confrontados com ameaças securitárias declaradas de seus vizinhos, teriam abandonado gradativamente uma abordagem altamente competitiva e militarista das relações internacionais durante o fim da década de 1970 e os anos 1980. Na China, após vinte anos de experiências desastrosas com o controle da “política sobre a economia”, a liderança de Deng Xiaoping após 1978 estava determinada a reconstruir o poderio econômico do país, aumentando os laços econômicos com o exterior. Pequim, cada vez mais tecnocrática, passou a legitimar-se cada vez mais com base em seu desempenho econômico e em sua habilidade de aumentar o nível de vida de seus cidadãos.

Na Coreia do Sul e em Taiwan mudanças no regime político foram acompanhadas de mudanças em sua abordagem internacional. No fim dos anos 1980, com o restabelecimento democrático e a chegada ao poder de Roh Tae Woo e Lee Teng Hui em Seul e Taipei, respectivamente, ambos os países adotaram relações mais conciliatórias com seus vizinhos, e engajamento com seus potenciais adversários através de comércio e investimento, baseando-se em um cálculo preciso do interesse nacional (BERGER, 2003, p. 396-397).

Berger observa ainda que, após 1978, houve um declínio notável em conflitos armados na região. Segundo o autor, “se parte do crédito pode ser atribuído à criação de regimes políticos domésticos estáveis, a ênfase cada vez maior no

desempenho econômico, ao invés da busca de poder político militar, certamente contribuiu de maneira igualmente importante (BERGER, 2003, p. 398). É importante notar ainda que esta redefinição do interesse nacional acontecera sem que houvessem grandes mudanças significativas na balança de poder regional. Os Estados Unidos seguiam como potência marítima predominante, apesar de seu poder e comprometimento recuar e declinar, mas a mudança na prioridade para o crescimento econômico permanecia intacta.

3.6. A dimensão doméstica da aproximação

A permissão da China ao contato econômico com a Coreia do Sul foi um marco nas relações entre os dois países, passando da ausência de políticas para a diplomacia econômica empreendida dentro do pragmatismo da política externa pós-Mao. Três características desta nova política contribuíram decisivamente para tais desenvolvimentos. Primeiramente, a busca por um ambiente internacional pacífico era vista como prioridade, já que assim a China poderia se concentrar na tarefa de se modernizar economicamente. Em segundo lugar, a China deveria buscar capitais externos e tecnologia, sem o que o plano de modernização não poderia se materializar. Em terceiro lugar, a política de abertura pós-Mao pressupunha flexibilidade, ao invés de dogmatismo, na busca chinesa por assistência externa (CHUNG, 2007; ZHENG, 2005; MAHBUBANI, 2005).

Estas três características ficaram claras na política chinesa em relação à Península Coreana. De início, o país buscava a manutenção da paz e da estabilidade na região, buscando evitar qualquer rompimento que deixasse Pequim no dilema entre apoiar a Coreia do Norte, e opor-se aos Estados Unidos e ao Japão, ou adotar a neutralidade, perdendo Pyongyang para a União Soviética. Além disso, a China identificava ganhos consideráveis no comércio com a Coreia do Sul, o que a ajudava a obter divisas e tecnologia intermediária. Finalmente, a abertura e manutenção de contato pressupunha o abandono da até então dogmática postura em relação à Seul.

A principal postura chinesa no tratamento com a Coreia do Sul até 1987 foi de desenvolver laços econômicos e não governamentais, juntamente com trocas culturais e esportivas, de forma a não provocar a Coreia do Norte excessivamente. O combate ao comércio com a Coreia do Sul entre 1981 e 1982 teria sido, na verdade, uma forma de “dar satisfações à Pyongyang” (CHUNG, 2007, p. 42) Já em 1987, analistas

previam que as relações econômicas entre a China e a Coreia do Sul se expandiriam ainda mais, e considerando o nível em que se encontravam, qualquer movimento contrário não estava nos interesses de nenhuma das partes. Em 1986, a Coreia do Sul já era responsável por 2,3% do comércio total da China, sendo seu sétimo maior parceiro comercial, e desde 1984, já havia ultrapassado o comércio entre a China e a Coreia do Norte.

Entre 1988 e 1992, com o aprofundamento do comércio bilateral, a China acabou cedendo às iniciativas de Seul e autorizou o estabelecimento do escritório de representação comercial em Pequim. Ainda, as participações da China nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, e da Coreia do Sul nos Jogos Asiáticos de Pequim, em 1990, aumentou o nível de interações extra-oficiais entre os países. Ainda que as relações tenham permanecido em nível não-governamental, tais acontecimentos demonstram a crescente abertura de Pequim em relação à Seul.

Neste cenário, a redefinição de objetivos por parte de Pequim, colocando o crescimento econômico como objetivo primordial e relegando aspectos políticos e militares para o segundo plano, mostrou-se fundamental. A análise de Berger (2003), segundo a qual esta seria uma característica dos Estados do Leste Asiático após a década de 1970, encontra fundamento na política chinesa em relação à Coreia do Sul.

Alguns analistas atribuem o ajuste chinês à revisão do equilíbrio de poder regional, em conjunto com as mudanças políticas domésticas e com a importância crescente da abertura chinesa ao mundo. Conforme observam Hao e Zhuang,

“Enquanto uma Coreia unificada poderia ser um parceiro econômico e energético importante para a China, um relacionamento amistoso com a Coreia protegeria a posição estratégica e política chinesa na região” (1992, p.1156).

Cientes das mudanças no sistema internacional, os chineses sentiam a necessidade de assumir um papel na gestão de questões globais e regionais, incluindo a Península Coreana. Com a deterioração das relações do país com a Europa e os Estados Unidos após o massacre da Paz Celestial, a China enfatizaria a importância de uma diplomacia centrada na Ásia. E, para tal, não havia representação que não o estabelecimento de embaixadas para legalizar e reforçar os laços econômicos e culturais com a Coreia do Sul (LEE, 1996).

Um obstáculo que permanecia era a questão norte-coreana. Desde o início da cooperação econômica entre a China e a Coreia do Sul, nos anos 70, a Coreia do Norte e seu relacionamento especial com a China seguiam como principal entrave à aproximação entre Seul e Pequim. Sem a preocupação permanente com a aliança com a Coreia do Norte, a China não teria insistido tanto na manutenção de relações apenas em nível não-governamental por tanto tempo. O ritmo com que países do Leste europeu e a União Soviética normalizaram suas relações com a Coreia do Sul contribuiu para esta interpretação de que a aliança entre a China e a Coreia do Norte era de fato especial, já que em 1990 a maioria dos países do Leste Europeu haviam restabelecido relações com a Coreia do Sul, e em setembro daquele ano, Seul e Moscou normalizariam suas relações. Da mesma forma, é possível argumentar que a normalização entre a URSS e a Coreia do Sul favoreceu a posição chinesa, na medida em que Pyongyang não mais poderia recorrer à URSS em retaliação à aproximação sino-sul-coreana (SNYDER, 2009).

Outro ponto de divergência entre Seul e Pequim era Taiwan. Já em 1985 Deng Xiaoping teria definido que

“a China deveria manter um relacionamento bilateral saudável com a Coreia do Sul por dois motivos: para beneficiar-se economicamente e para ajudar a Coreia do Sul a eliminar suas relações com Taiwan” (SNYDER, 2009, p.37).

Taiwan, da mesma maneira que Pyongyang, estava ciente da aproximação entre a China e a Coreia do Sul. Seul era, à época, o único país asiático com que Taiwan mantinha relações, e um de seus principais aliados. Taipé sentia-se traída, uma vez que havia enviado tropas para lutar ao lado do Sul durante a Guerra da Coreia. Ao mesmo tempo, buscava evitar a concorrência comercial pelo mercado chinês, considerando o nível de desenvolvimento semelhante entre os dois países. Como forma de buscar a reaproximação com a Coreia, Taiwan buscou aumentar o comércio com o país, que quadruplicou entre 1985 e 1989, o que não reduziu o interesse sul-coreano em normalizar suas relações com a China, ainda que em detrimento da parceria com Taiwan (CHUNG, 2007, p. 55).

A Coreia do Sul, por sua vez, há muito já havia definido a China como prioridade diplomática. Já durante a década de 70 o presidente Park-Chung Hee havia sinalizado pelo interesse na normalização com a China. Quando do episódio do seqüestro do avião em 1983, uma “febre chinesa” se espalhou entre os coreanos,

chegando a suscitar críticas pelo esquecimento da agressão chinesa durante a Guerra da Coreia (LEE, 1996, p. 107). A sequência de incidentes durante a primeira metade da década de 1980 permitiu o estabelecimento de contato direto entre os países, e a postura da Coreia do Sul diante destes eventos teria criado uma imagem de “uma nação com postura firme e habilidades diplomáticas sofisticadas” (LEE, 1996, p. 110).

À crescente necessidade de novos mercados de exportação para os produtos sul-coreanos somava-se o amplo mercado chinês, oportunidade reforçada pelo sucesso do comércio, ainda em termos não-oficiais durante a década de 1980. Esta necessidade de consolidação do processo de desenvolvimento coreano fica clara na análise de Vizentini, segundo o qual “capacitar economicamente o país era uma condição necessária para evitar tornar-se uma ‘moeda de troca’ em algum rearranjo internacional”, de maneira a manter a autonomia internacional da Coreia do Sul (VIZENTINI, 2002, p.185).

Ainda, as amplas iniciativas tomadas pelo país em direção com a China demonstravam o caráter prioritário do crescimento econômico, em consonância com a análise de Berger (2003). A potencialidade do comércio com a China, já demonstrada no período entre 1979 e 1987, reforçava as bases econômicas da reaproximação, e as expectativas de comércio futuro consolidavam a disposição de Seul em cooperar com Pequim, seguindo a análise de Copeland (2003).

O advento da *Nordpolitik* de Roh Tae-Woo, a partir de 1987, e a aproximação da Coreia do Sul com os países socialistas marca o interesse do país em “desfazer a imagem de ‘irmão mais novo’ dos Estados Unidos, imagem que não é compatível com sua força” (LEE, 1996, p. 114). O presidente Roh Tae-Woo havia pessoalmente definido a normalização com a China como prioritária, chegando a afirmar que “gostaria de passear em Pequim até o fim de seu mandato”, em 1992 (SNYDER, 2009, p.38).

Com o estabelecimento dos escritórios de comércio, em 1991, e a normalização oficial, em 1992, a Coreia do Sul atingia seu objetivo: por um lado, garantia o acesso ao mercado consumidor chinês, verificando um aumento vertiginoso nos fluxos de comércio e investimento; por outro, criava uma nova forma de atuação em relação à Coreia do Norte, via Pequim. Abria-se uma janela de oportunidade para a solução norte-coreana, pelo diálogo com a China e pela influência desta sobre Pyongyang, ao mesmo tempo em que se expandiam as possibilidades econômicas do país.

4. COREIA DO SUL E CHINA DESDE 1992

4.1. O Nordeste Asiático no Pós Guerra Fria

O fim da Guerra Fria e do conflito Leste-Oeste trouxe uma série de mudanças no sistema internacional, que impactaram no Nordeste Asiático. Previsões sobre a era pós-Guerra Fria apontavam para o surgimento de uma situação a qual era difícil encontrar precedente, conforme coloca Vizentini, “a evolução da Ásia a partir do encerramento da Guerra Fria e do desaparecimento da URSS foi rápida e profunda, gerando uma nova realidade ainda não devidamente avaliada” (2007, p. 69).

Gradualmente, o Nordeste Asiático viveu um retorno ao sistema de multipolar que existira entre o fim do século XIX e o início do século XX, com a diferença notável de que a China, no sistema contemporâneo, apresentava uma liderança estável e um crescimento econômico robusto. Se desde a década de 1960, a matriz estratégica regional apresentava uma estrutura tripolar, com o cisma sino-soviético, durante os anos 1990 relações amigáveis entre China, EUA e Rússia, ao que se poderia incluir o Japão, caracterizam uma situação de relativa estabilidade. Entretanto, a configuração estratégica regional segue em grande parte dependente da evolução das relações sino-americanas, contribuindo para a permanente mutação no Nordeste Asiático (YAHUDA, 2004).

Em contraste com a Europa, onde o surgimento de organizações regionais multilaterais é notável, no Nordeste Asiático o bilateralismo segue dominante. A região ainda carece de uma identidade ou mesmo consciência regional. Historicamente, os arranjos de segurança formal adotados na região sempre foram bilaterais, como as alianças EUA-Japão, EUA-Coreia do Sul, EUA-Taiwan, URSS-Coreia do Norte e China-Coreia do Norte. Enquanto regiões adjacentes como o Sudeste Asiático e mesmo o Sul da Ásia apresentam organismos de cooperação securitária regional, no Nordeste Asiático ainda não é possível encontrar um equivalente à altura¹³.

Com algumas exceções, as interações econômicas na região também foram, em sua maioria, bilaterais. As iniciativas em relação ao Conselho para Cooperação Econômica do Pacífico (PECC) e à organização de Cooperação Econômica da Ásia-

¹³ Respectivamente, a Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, e a Associação para Cooperação do Sul da Ásia – SAARC.

Pacífico (APEC) englobavam um escopo muito mais amplo que o Nordeste Asiático em si. A participação de China, Coreia e Japão, ao estabelecer acordos de livre comércio com a ASEAN tampouco encontra equivalente regional. Se por um lado nos últimos anos a região se manteve predominantemente bilateral, iniciativas econômicas multilaterais trazem perspectivas de mudança no médio prazo, como a proposta uma comunidade regional sob iniciativa japonesa¹⁴. Desta forma, na ausência de um inimigo comum, ou de uma plataforma bem definida de interesses compartilhados, o comércio regional, em expansão permanente, segue reforçando, e não minando, a natureza predominantemente bilateral das relações intra-regionais no Nordeste Asiático.

Um dos grandes debates sobre o pós-Guerra Fria é a discussão da primazia da economia sobre a política, com um mudança gradual do foco de questões militares estratégicas para questões econômicas. Chung (2007) aponta que a cooperação econômica é geralmente considerada menos arriscada, e mais benéfica, devido ao baixo custo em caso de traição e ao relevado risco de retaliação. A percepção e o comportamento da China seria um exemplo desta tendência. Registrando um crescimento no PIB da ordem de 9,8% ao ano desde o início do processo de reformas, em 1978, o país tem se destacado por adotar um discurso baseado na ideia de “ascensão pacífica”, sendo o desenvolvimento o caminho para a China se modernizar (ZHENG, 2005).

Finalmente, é possível apontar para o surgimento de um novo bilateralismo, mais flexível, com a redução das tensões e animosidades. Enquanto durante a Guerra Fria o Nordeste Asiático poderia ser caracterizado por uma tríade ao Norte – URSS, China e Coreia do Norte – em oposição às alianças entre os EUA, Japão e Coreia do Sul, uma série de acontecimentos - notadamente a détente Sino-Soviética, a normalização sul-coreana com a Rússia e com a China, e a melhoria nas relações inter-coreanas – abriu caminho para mudanças cruciais na dinâmica regional.

4.2. China e Coreia do Sul após a normalização diplomática

As relações sino-sul-coreanas pós-1992 mantêm em linhas gerais as características do relacionamento estabelecido no período anterior ao restabelecimento

¹⁴ A chamada Comunidade do Leste Asiático, definida como prioridade externa durante curto governo do premiê japonês Yukio Hatoyama, segue como a principal iniciativa multilateral no Nordeste Asiático, apesar das incertezas decorrentes das mudanças de governo em Tóquio.

das relações diplomáticas. As trocas econômicas seguem sendo o núcleo das relações sino-sul-coreanas. A crescente importância do mercado chinês para a Coreia do Sul durante a década de 1990 e na primeira década do século XXI, entretanto, suscita cada vez mais a discussão de uma possível dependência sul-coreana da China, não apenas em termos econômicos, mas também em questões políticas e securitárias. Assim, para compreender a importância da China para a Coreia do Sul na atualidade é necessário analisar a evolução do comércio bilateral entre os dois países.

4.2.1. A dimensão comercial, 1992-2009

O intercâmbio comercial entre a China e a Coreia do Sul aumentou vertiginosamente desde 1992. Já em 1993, a China se tornou o terceiro maior parceiro comercial da Coreia do Sul, atrás apenas de Estados Unidos e Japão. Em 2001, o país se tornaria o segundo maior destino de exportações coreanas; e em 2004, a China ultrapassaria os EUA e se tornaria o maior parceiro comercial da Coreia do Sul, tanto em exportações como em importações. Em 2006, a Coreia do Sul era o segundo país que mais exportava para a China, atrás somente do Japão. É interessante notar que, de 1992 a 2005, o comércio bilateral sino-coreano cresceu a taxas mais elevadas que o comércio exterior da Coreia do Sul com o restante do planeta.¹⁵ Esses fatos servem para ilustrar um fato incontestável: a importância da China no comércio internacional da Coreia do Sul, e vice-versa, é muito grande e tende a crescer.

Tabela 3: Comércio Coreia do Sul – China, 1991-2009 (em US\$ milhões)

Ano	Corrente	Variação	Exportações	Importações	Balança
1991	4.446	-	1.003	3.441	-2.438
1992	6.382	43,54%	2.654	3.725	-1.071
1993	9.084	42,33%	5.151	3.929	1.222
1994	11.671	28,49%	6.203	5.463	740
1995	16.552	41,82%	9.144	7.401	1.742
1996	19.924	20,37%	11.377	8.539	2.839
1997	23.699	18,95%	13.572	10.117	3.456
1998	18.434	-22,22%	11.944	6.484	5.460
1999	22.560	22,38%	13.685	8.867	4.818
2000	31.266	38,59%	18.455	12.799	5.656

¹⁵ LI; CHEONG, 2008, pg. 71.

2001	31.506	0,77%	18.190	13.303	4.888
2002	41.171	30,68%	23.754	17.400	6.354
2003	57.041	38,55%	35.110	21.909	13.201
2004	79.378	39,16%	49.763	29.585	20.178
2005	100.602	26,74%	61.915	38.648	23.267
2006	118.064	17,36%	69.459	48.557	20.903
2007	145.076	22,88%	81.985	63.028	18.957
2008	168.396	16,07%	91.389	76.930	14.459
2009	141.004	-16,27%	86.703	54.246	32.457

(Fonte: Korea International Trade Association, 2010)

A Tabela 3 apresenta o impressionante crescimento destas trocas. Logo após a normalização diplomática, o comércio bilateral dobrou duas vezes em seis anos, totalizando US\$ 11,6 bilhões em 1994, e US\$ 23,6 bilhões em 1997. As exportações sul-coreanas para a China cresceram em média 32% entre 1992 e 1997. Nesta primeira fase, foram exploradas as complementaridades econômicas naturais entre os dois países, uma vez que os obstáculos políticos haviam sido superados. O crescimento do comércio bilateral representava uma situação de “ganho-ganho”, e alimentou uma “febre chinesa” na Coreia do Sul, baseada no crescimento do comércio e nas complementaridades entre o capital e a tecnologia sul-coreanos, e os baixos custos de terra e trabalho na China, especialmente em manufaturas de trabalho intensivo (SNYDER, 2009).

Considerando ainda a proximidade geográfica entre os dois países, o declínio na competitividade dos custos trabalhistas sul-coreanos e a oportunidade de transferência tecnológica para a China, as condições para a expansão do comércio e investimento entre os dois países eram altamente favoráveis. Acompanhando, e sustentando, os avanços comerciais estava o aumento dos investimentos coreanos no país. Já em 1994 a China se tornou o maior destino dos investimentos sul-coreanos. Neste primeiro momento, tal fluxo era composto especialmente de pequenas e médias empresas, em setores intensivos em trabalho.

Com a crise financeira na Ásia, em 1997, o comércio entre China e Coreia do Sul sofreu um ajuste, diante da necessidade da Coreia do Sul em enfrentar seus próprios problemas financeiros e a recuperação de sua economia. As empresas sul-coreanas, diante da súbita restrição de capital, se viram forçadas a suspender planos de investimento na China para se focar na própria sobrevivência. Desta forma, verifica-se

uma queda de 22,% no comércio bilateral em 1998, causada especialmente pela queda nas importações sul-coreanas da China decorrente da diminuição do produto do país.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 estimulou uma segunda “febre chinesa”, levando o crescimento do comércio novamente a taxas acima de 30% entre 2002 e 2005. É importante notar também que a diminuição nas tarifas decorrentes da adesão à OMC favoreceu a entrada de empresas estrangeiras na China, e as empresas sul-coreanas aproveitaram o movimento de empresas multinacionais para adotar a China como base de uma estratégia de produção global, com os insumos exportados à China, para montagem e re-exportação para a Coreia do Sul e outros mercados. De acordo com o Export-Import Bank da Coreia do Sul, o investimento sul-coreano na China passou de US\$ 1 bilhão em 2002, representando 5,2% de todo o investimento estrangeiro no país naquele ano, para US\$ 2,144 bilhões em 2004, ou mais de 10% de todo o investimento externo na China. Deste então, a Coreia do Sul tem sido uma das cinco maiores fontes de investimento externo na China.

A partir de 2001, o foco dos investimentos sul-coreanos mudou, passando de manufaturas intensivas em trabalho para setores de larga escala e intensivos em tecnologia, como eletrônicos, comunicações, e bens intermediários. Tal movimento foi composto principalmente de grandes conglomerados coreanos, como Samsung, LG, SK Telecom, Hyundai e Posco, em oposição à grande presença de pequenas e médias empresas no período anterior.

O aumento nos investimentos diretos sul-coreanos na China gerou um forte aumento no comércio bilateral, que passou de US\$ 22,5 bilhões em 1999 para mais de US\$ 168 bilhões em 2008, conforme a Tabela 3. A meta de US\$ 100 bilhões, prevista inicialmente pelos dois governos para 2008, foi atingida três anos antes. Esta segunda “decolagem” nas relações comerciais bilaterais consolidariam a China como maior parceiro comercial da Coreia do Sul.

É interessante observar também o superávit estrutural que a Coreia do Sul apresenta no comércio bilateral com a China. Dois fatores principais explicam tal situação. Sendo os mercados-alvo das exportações chinesas os Estados Unidos, o Japão e a União Europeia, suas fontes principais de importação são os países asiáticos vizinhos, este déficit comercial da China em relação a esses países decorreria deste papel de “atravessador” entre o país fornecedor de insumos e o mercado final. Outro

fator é a relativa posição da Coreia do Sul enquanto país mais industrializado e fornecedor de tecnologia e capital, enquanto a China dispõe de trabalho e terra. Nota-se que este papel é semelhante ao desempenhado pelo Japão durante o processo de desenvolvimento coreano.

O comércio bilateral sino-sul-coreano tampouco é estático. Da mesma maneira que os investimentos sul-coreanos na China, os produtos-chave da pauta de exportação sul-coreana para a China passaram de produtos da indústria leve, como artigos têxteis, para bens da indústria de tecnologia da informação, maquinaria, produtos químicos, bens automotivos e outros produtos da indústria pesada. Houve aumento significativo na exportação de peças e componentes, bem como de bens de capital, como já citado, para a China. A tabela seguinte ilustra esse processo de mudanças na composição das exportações da Coreia do Sul para a China.

Tabela 4: Exportações sul-coreanas para a China, anos selecionados, em porcentagem (%)

Categoria	Ano	1992	1998	2001	2004	2005	2006
Bens primários	Total	0,5	0,3	0,4	0,6	0,6	0,7
	Total	88,7	85	83,4	79,7	82	79,3
Bens intermediários	Peças e componentes	4,7	11,2	19,5	35,8	40	35,9
	Bens semifinalizados	84	73,7	64	43,9	42	43,3
	Total	10,8	14,7	16,2	19,7	17,3	20
Bens finais	Bens de capital	7,3	9,3	11,1	16,2	14,0	16,7
	Bens de consumo	3,5	5,5	5,1	3,5	3,3	3,3
	Total	10,8	14,7	16,2	19,7	17,3	20

Fonte: LI; CHEONG, 2008, pg. 76.

Essas informações demonstram uma importante característica da configuração da produção para exportação na China. O país importa bens intermediários em grandes quantidades de outros países asiáticos, para processá-los em suas fábricas e

exportar produtos finais para países desenvolvidos. As exportações chinesas, portanto, são altamente dependentes das importações de peças e componentes de países como a Coreia do Sul, com os quais a China registra déficits comerciais. No entanto, tais exportações criam um superávit para a China perante economias desenvolvidas, o qual abate seus déficits regionais. Em outras palavras, a China funciona como uma plataforma de exportação cuja indústria é predominantemente intensiva em mão-de-obra, recurso abundante e a baixos preços no país.

De maneira semelhante, as exportações chinesas para a Coreia do Sul também apresentaram mudanças. Anteriormente concentradas em minerais, produtos agrícolas e de baixo processamento, cada vez mais são compostas em proporções consideráveis por produtos eletrônicos, bens de tecnologia da informação e produtos semi-finalizados. Há um fenômeno duplo por trás desse resultado. Primeiramente, o próprio crescimento do setor industrial chinês, baluarte de seu crescimento econômico, incrementou a competitividade dos produtos eletrônicos (bens finais) chineses perante os originados em outros países. Por outro lado, o governo chinês vem aplicando políticas sistemáticas de restrição à exportação de recursos naturais, o que diminui a participação dos produtos agrícolas no intercâmbio comercial sino-coreano.

Tabela 5: Exportações chinesas para a Coreia do Sul, anos selecionados, em porcentagem (%).

	Ano	1992	1998	2001	2004	2005	2006
Bens primários	Total	37,1	20,3	12,9	9,1	9,4	6,3
Bens intermediários	Total	50,3	52,4	48,9	52,8	54,7	57,4
	Peças e componentes	1,6	13,6	16,9	18,6	19,4	20,9
	Bens semifinalizados	48,6	38,8	32	34,2	35,3	36,5
Bens finais (consumo)	Total	12,6	27,2	38,2	38,1	35,8	36,2
	Bens de capital	2,6	11,6	14,5	18,4	18,5	18,7
	Bens de consumo	10	15,6	23,6	19,8	17,3	17,5

Fonte: LI; CHEONG, 2008, pg. 77.

Na Tabela 4, nota-se que, de 2005 para 2006, houve uma diminuição de 4,1% na participação de peças e componentes nas exportações da Coreia do Sul para a China. Esse não é um fenômeno isolado. Depois do ano 2000, o aumento no comércio bilateral desses artigos gerou um processo de distribuição de sua produção (especialização vertical) entre os dois países. De certa maneira, então, a China passou a produzir internamente alguns bens intermediários que antes eram importados da Coreia do Sul. Isso pode ser um indicador de que o hiato tecnológico¹⁶ entre os setores industriais chinês e sul-coreano esteja diminuindo.

Nos últimos anos, tem-se intensificado o processo de transferência de plantas industriais que demandam emprego intensivo de mão-de-obra para o território chinês. Essas indústrias, então, servem como pólos de montagem e processamento de peças e componentes importados do exterior, sendo a Coreia do Sul um dos maiores fornecedores desse tipo de produto à China. Assim, as empresas sul-coreanas também tomaram parte nesse processo de abertura de filiais na China, integrando sua produção com esse país.

O aprofundamento do comércio entre os dois países também traz à tona o problema do “*hollowing out*”, ou seja, do esvaziamento do setor industrial da Coreia do Sul pela migração empresarial em massa para a China. Esse fenômeno pode aumentar taxas de desemprego na Coreia do Sul, o que preocupa os formuladores de política econômica deste país. Em contrapartida, se bem manejado por políticas de especialização da mão-de-obra, pode representar uma boa oportunidade para que o setor industrial sul-coreano se concentre em atividades de alta tecnologia, ampliando seus poderes competitivos em relação aos países desenvolvidos, a exemplo de seu vizinho Japão.

4.2.1.1. O projeto do acordo de livre comércio entre a Coreia do Sul e a China

Uma das iniciativas que demonstram o interesse coreano na manutenção da proximidade comercial com Pequim é o projeto do acordo de livre comércio entre os dois países. Em novembro de 2004, os então presidentes da Coreia do Sul e da China, Roh Mu-Hyeon e Hu Jintao anunciaram o início de estudos preliminares da viabilidade de um acordo de livre comércio entre os dois países, a nível não-governamental. Desde

¹⁶ Diferença tecnológica entre os recursos e métodos utilizados por setores industriais análogos em diferentes economias.

então, seguiram-se encontros de ministros e estudos conjuntos, mantendo a proposta em discussão.

Sobretudo desde sua entrada na Organização Mundial do Comércio, em 2001, a China tem posto em prática uma política agressiva de firmação de acordos de livre comércio com países diversos, entre os quais há muitos de seus vizinhos. Os objetivos da China com esses acordos ultrapassam os ganhos econômicos, e respondem também por sua política externa prática. Eles asseguram mercados de exportação, fontes de energia e matérias-primas e desenvolvem seu papel regional (no caso de acordos com os países da Ásia Oriental). É nesse contexto que a China enxerga o acordo de livre comércio com a Coreia do Sul.

A Coreia do Sul passou por um processo de desenvolvimento econômico parecido com o que a China está passando atualmente. Dessa maneira, a China vê nela uma oportunidade de aprender a lidar com as transformações político-sociais advindas do crescimento exponencial de sua economia, de forma a manter a estabilidade nacional. Além disso, os chineses têm grande interesse na obtenção do conhecimento de alta tecnologia que as empresas sul-coreanas possuem, para que assim possam não apenas diminuir seu hiato tecnológico com a Coreia do Sul em si, mas alinhar-se às indústrias de países mais desenvolvidos, como o Japão. A natureza complementar das indústrias chinesa e sul-coreana e as relações diplomáticas estáveis entre os dois países também contribuem para compor a situação atual, na qual a China tenta abrasivamente obter um acordo de livre comércio com a Coreia do Sul.

Na dimensão da política internacional, o acordo de livre comércio com a Coreia do Sul também é de grande significância para Pequim, já que

“a China também utiliza sua política regional de acordos de livre comércio de uma maneira estratégica para contrabalancear a crescente influência dos Estados Unidos na Ásia Oriental e para abrir vantagem sobre o Japão na disputa pela hegemonia regional. (...) Um acordo de livre comércio com a Coreia do Sul também poderia ser compreendido como uma estratégia similar por parte da China, um contrapeso em relação ao [já concluído] acordo de livre comércio com os Estados Unidos, que torna necessário não apenas minimizar as perdas econômicas advindas de uma eventual diminuição das exportações chinesas à Coreia do Sul, mas também lidar com a presença ativa do poder econômico norte-americano no Leste Asiático que o acordo de livre comércio entre Estados Unidos e Coreia do Sul pode trazer.” (WONGI, 2006, pg. 28)¹⁷

¹⁷ Tradução livre própria, a partir do original em língua inglesa.

A corrida chinesa pela liderança regional por meio de acordos de livre comércio fica clara quando são levados em consideração os esforços realizados pela China para fechar um acordo de livre comércio com a ASEAN, inclusive pela abertura voluntária de seu mercado agrícola para o recebimento das exportações dos países dessa organização. Vale lembrar que o Japão também possui um projeto de acordo de livre comércio sendo estudado em conjunto com a Coreia do Sul; entretanto, suas negociações são prejudicadas pela exigência japonesa do debate da liberalização do mercado agrícola antes da assinatura, havendo mesmo sido congeladas de novembro de 2004 a junho de 2008 por tal motivo. Em contrapartida, a China, ao menos nesse tema, toma uma postura mais maleável, desejando a assinatura do acordo com a Coreia do Sul o mais rápido possível.

A partir de 2003, a Coreia do Sul implementa sua política de acordos de livre-comércio, priorizando as negociações com grandes economias, por cujos mercados consumidores as exportações sul-coreanas possam ser absorvidas em larga escala (NICOLAS, 2005). Há negociações e estudos conjuntos em curso com vários países, o que acelera a assinatura e ratificação de acordos de livre comércio e compensa os custos de alguns, em vista dos benefícios de outros. No que diz respeito às negociações em si, frequentemente há resistência, por parte da Coreia do Sul, de discutir a liberalização do comércio de gêneros agrícolas. Por outro lado, a liberalização de investimentos e serviços e a discussão da propriedade intelectual e dos padrões técnicos de produção são pontos de interesse aos negociadores sul-coreanos, pois são áreas de vantagem comparativa para a Coreia do Sul em relação a muitos de seus parceiros comerciais, dentre os quais está a China.

Como Wong (2006) menciona, a resposta sul-coreana à pressão chinesa por um acordo de livre comércio foi morna de início. Isso pode haver ocorrido porque a China parece estar na posição privilegiada no acordo de livre comércio com a Coreia do Sul, pois suas oportunidades de absorver inovações tecnológicas e atualizações produtivas serão maiores em comparação com as da Coreia do Sul. Esta, ainda que possa ampliar seu acesso ao vasto mercado consumidor chinês e criar mecanismos institucionais que auxiliem a solução de controvérsias comerciais – muitas vezes motivadas pela percepção chinesa do déficit comercial que a China possui com a Coreia do Sul –, possui algumas salvaguardas quanto a seu setor agrícola e às pequenas e médias empresas manufatureiras.

Um dos mais interessantes efeitos positivos do acordo de livre comércio sino-coreano seria a possibilidade de auxiliar a estabilização política da Coreia do Norte por meio do incremento de sua prosperidade econômica. O acordo de livre comércio entre a China e a Coreia do Sul facilitaria a execução de investimentos diretos da Coreia do Sul na China; uma vez canalizados para as empresas localizadas nas províncias chinesas que fazem fronteira com a Coreia do Norte, onde são empregadas amplas populações de origem coreana. Possuindo amplas relações familiares e econômicas com a Coreia do Norte, esses investimentos gerariam a oportunidade do aumento de remessas financeiras à população norte-coreana, assim criando uma nova fonte de divisas para este país.

As mudanças mais substanciais ocorreriam, no entanto, no comércio desses dois países. Lee et al (2005) elabora um modelo estatístico para analisar os efeitos que a entrada em vigor do acordo teria sobre o comércio entre a Coreia do Sul e a China. Segundo dados do autor, apresentados pelas tabelas 6 e 7, pode-se verificar que o comércio bilateral entre China e Coreia do Sul seria intensificado sobremaneira. Os setores mais afetados seriam o de produtos agrícolas e de pesca (da China para a Coreia), e de artigos têxteis, de produtos químicos, veículos automotivos, maquinaria, produtos eletrônicos e outras manufaturas (da Coreia para a China), demonstrados nas tabelas 6 e 7. Estão claros os benefícios extraídos pelas empresas exportadoras sul-coreanas da supressão das tarifas alfandegárias da China, concedendo-lhes acesso livre ao amplo mercado consumidor chinês. Por outro lado, as importações sul-coreanas de produtos agrícolas e pescados chineses aumentariam em 486%¹⁸ - justificando, assim, o temor da Coreia do Sul quanto à liberalização desse setor comercial.

Tabela 6: Alterações no volume de comércio de China, Coreia do Sul e o mundo com a entrada em vigor do acordo de livre comércio (em milhões de dólares)

De/Para	Coreia do Sul	China	Outros
Coreia do Sul	-	14.545,7	-6.343
China	14.501,1	-	-960,4
Outros	-5.563,4	-225,1	4.215,8
Total	8.937,7	14.320,6	-3.087,6

Fonte: LEE et al., 2005, pg. 72.

¹⁸ WONGI, 2006, pg. 30.

Tabela 7: Alteração nas exportações entre China e Coreia do Sul, com a entrada em vigor do acordo de livre comércio em setores selecionados (em milhões de dólares)

Setor	Coreia para China	China para Coreia
Agricultura e pesca	59	10.789,9
Têxteis	2.033,7	646,5
Produtos químicos	3.787,5	357,2
Veículos automotivos	1.724,5	117,6
Produtos eletrônicos	2.752,1	426,5
Maquinaria	1.755,1	548,2
Outras manufaturas	1.015,3	314,9
Total	14.501,1	14.545,7

Fonte: LEE et al., 2005, pg. 75.

Um fato que deve receber atenção é que, em vista do acordo de livre comércio, o comércio da Coreia do Sul com o restante do mundo diminuiria em 6,3 bilhões de dólares, conforme a Tabela 6, ao passo que o comércio da China com países não envolvidos no acordo sino-coreano sofreria um corte que corresponde a apenas 15% desse valor. Em outras palavras, o aumento significativo no comércio entre China e Coreia do Sul seria simultâneo ao aumento da dependência sul-coreana em relação às exportações chinesas.

Com a crescente preocupação sobre a competitividade da Coreia do Sul em relação à China, principalmente com diminuição da fronteira tecnológica que muitas empresas coreanas detinham, a discussão sobre o relacionamento econômico entre Seul e Pequim ganha contornos estratégicos. O impacto da crescente competitividade dos produtos chineses marca uma mudança estrutural nas relações comerciais entre os dois países.

Dessa forma, um acordo de livre comércio entre a Coreia do Sul e a China abriria espaço para a condução de políticas variadas pelos dois países, que podem tanto potencializar os benefícios do acordo quanto mitigá-los. É possível afirmar, entretanto, que a China tem mais a ganhar com o acordo de livre comércio do que a Coreia do Sul.

Embora numericamente o incremento das exportações sul-coreanas para a China seja mais chamativo, ele pode ser anulado em determinadas áreas, como a desestabilização da produção alimentar na Coreia do Sul e suas implicações sociais, a crescente dependência comercial para com a China e a transferência de operações de empresas coreanas para a China. A China, por sua vez, teria aumentos de exportação bem distribuídos pelos diversos setores, prosseguirá com seu crescimento econômico acelerado pela facilitada importação de bens intermediários sul-coreanos e, no longo prazo, pode vir a adquirir capacidade tecnológica suficiente para competir pelos mercados internacionais em patamar de igualdade com a própria Coreia do Sul. Hoje, o crescimento da participação dos bens finais chineses nas importações de economias desenvolvidas ainda é muito representativo da especialização e da nova divisão do trabalho ocorrida por todo o Leste Asiático, e não de fato capitaneado autonomamente pelas capacidades de produção na China.

Já em termos políticos, a assinatura de um acordo de livre comércio entre China e Coreia do Sul seria de grande significância regional, sobretudo aos olhos dos tomadores de decisão da política externa japonesa. Uma vez fechado, tal acordo poderia gerar uma forte resposta da política comercial do Japão, no sentido de também acelerar a formação de acordos de livre comércio com os países da Ásia Oriental. Dessa maneira, poderia haver a proliferação de acordos de caráter discriminatório para com países não incluídos neles, de forma a prejudicar a cooperação econômica do Leste Asiático. Nesse cenário, a Coreia do Sul poderia preservar seu poder de barganha em política comercial ao firmar um acordo de livre comércio também com o Japão.

4.2.2. A dimensão estratégica

O crescimento da importância econômica da China para a Coreia do Sul torna imperativa a discussão dos impactos que uma possível dependência econômica de Seul poderia ter na política externa do país. Nesta seção procurar-se-á discutir alguns aspectos do relacionamento entre os dois países que poderá sofrer com o virtual aprofundamento de tal dependência.

Chung (2007), analisando a ascensão da China sobre a Coreia do Sul, aponta quatro ângulos de análise: além da importância econômica, já desenvolvida na seção anterior, o autor discute a importância militar, cultural e de percepção, e diplomática da China. Para o autor, em termos militares, poucos analistas de segurança

sul-coreanos enxergam a China como uma ameaça real ao país. Mesmo considerando que os dois países se enfrentaram militarmente há quase sessenta anos, as iniciativas de cooperação militar bilateral entre ambos, desde o fim dos anos 1990, demonstram a baixa percepção de risco entre os dois países. Outra variável é o nível de gastos militares da Coreia do Sul. Em estudo recente, Moon & Lee observam um aumento marginal nos gastos em defesa entre 2003 e 2008, passando de 2,42% para 2,72% do PIB; a partir de 2008, entretanto, tal tendência seria revertida (2009, p. 79).

Em termos culturais e de percepção, a tradicional importância chinesa para a Coreia vem se reforçando nos últimos anos. O aumento do fluxo de turistas e estudantes coreanos para a China nos últimos anos, assim como a disseminação de escolas de mandarim na Coreia do Sul demonstram que a “febre chinesa” foi tanto econômica como cultural. Verificou-se um crescimento de 44% no número de escolas de chinês na Coreia entre 2003 e 2005 (KANG, 2007, p.117), e pesquisa sobre percepções dos EUA e China entre os coreanos mostra avanço chinês. Perguntados com qual país a Coreia deveria manter melhores relações, 35.5% dos entrevistados disseram Coreia do Norte, 28.7% EUA, e 22.1% China. Para 17.5% dos coreanos entrevistados, EUA é o país mais ameaçador ao país, enquanto apenas 6.7% vêem China como tal. Entre as potenciais preocupações com relação à China, 26% responderam possíveis conseqüências econômicas negativas, enquanto apenas 8% vêem escalada militar. (KANG, 2007, p.117).

Diplomaticamente, segundo Chung (2007), a China ocupa uma posição fundamental. A Península Coreana é um dos poucos lugares onde a China sempre teve influência, e seu interesse pode ser demonstrado por eventos como a Guerra Sino-Japonesa de 1895, a entrada na Guerra da Coreia, em 1950, e a participação das negociações da questão norte-coreana, desde 1997. Ainda, a presença diplomática de Pequim se tornou essencial no que concerne a Coreia do Norte, considerando a influência do país sobre Pyongyang.

4.2.2.1. A questão norte-coreana

Desde o armistício de 1953, que não fora seguido pela assinatura de um tratado de paz, a maior prioridade da política externa, tanto da Coreia do Sul, como da Coreia do Norte, tem sido a reunificação da península. Tal fator fora prioridade absoluta para Seul principalmente até os anos 80, quando ainda se vivia na iminência de um

ataque repentino por parte do Norte, exemplificado pela realização de exercícios de evacuação praticamente diários na capital coreana (CUMMINGS, 2005).

Após o final da Guerra Fria, e a crise enfrentada pela Coreia do Norte diante da queda de seu maior provedor de assistência material, a Coreia do Sul passou, gradualmente, a ter uma visão diferenciada de seu irmão do Norte. Se durante a crise alimentar de 1993-1994 entidades humanitárias sul-coreanas enviavam ajuda clandestinamente ao Norte, tal política tornou-se oficial após a adoção, por Kim Dae-Jung, da chamada “Política do Sol Nascente”, a partir de 1997. Se, até meados da década, o governo sul-coreano via a Coreia do Norte em termos basicamente militares, passou-se a tratá-la como uma questão de unificação nacional, em termos econômicos e culturais (KANG, 2007). Seria, portanto, possível promover a paz e a estabilidade na península através do comércio e da interdependência entre os dois países.

O que se seguiu à adoção da Política do Sol Nascente foi exatamente um incremento das trocas comerciais entre Sul e Norte, também com a participação de empresas privadas, como no caso do complexo de Kaesong, onde empresas sul-coreanas produzem com o uso de mão-de-obra do Norte (KANG, 2007). Ainda, o apoio para a política de engajamento seria “enraizado”, uma questão de identidade nacional. Mesmo entre população de mais idade, aquela que teria memórias mais vivas sobre a Guerra da Coreia, 77% apóia o uso de meios diplomáticos para tratar com questão nuclear da NK, enquanto entre as pessoas acima de 60 anos o apoio se mantém em 63% (KANG, 2007, p.114).

É esta mudança na abordagem de Seul que contribui decisivamente para a aproximação com Pequim. Concentrada sobretudo na Ásia, a diplomacia chinesa tornou-se fundamental para o tratamento de questões regionais. A questão do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte gerou enorme preocupação na comunidade internacional desde a década de 1990, e considerando também a proximidade diplomática entre Pequim e Pyongyang, qualquer ação internacional requereria o virtual apoio chinês, sobretudo no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante a década de 1990, a posição chinesa de oposição a qualquer tipo de sanção internacional, e sua abstenção em encontros da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) onde eram expressas as condenações à Pyongyang, demonstram que, a despeito de sua aproximação com Seul, a China não abandonou seu antigo aliado. Chung destaca o

sucesso chinês em “posar como um mediador imparcial”, ao mesmo tempo em que protegeria a Coreia do Norte.

O advento da nova crise nuclear norte-coreana entre 2002-2003 testemunhou uma nova postura de Pequim. Apesar de clamar pela não-interferência de potências externas, a China declarou que o programa nuclear norte-coreano havia se tornado uma questão internacional. Aumentava também a diferença de abordagem entre Seul e Washington. Estados Unidos mantiveram a política de se eliminar o surgimento de um risco nuclear na Coreia do Norte, enquanto a Coreia do Sul, sob o governo de Roh Moo-hyun, deu seguimento à política de conciliação com Pyongyang, seguindo os princípios da Política do Sol Nascente. Com o agravamento das tensões entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos em 2003, cujo conflito seria desastroso para a China considerando seu objetivo de estabilidade de pacificação nas fronteiras, a China finalmente condenou o programa nuclear norte-coreano, apoiando a resolução da AIEA (CHUNG, 2007).

O estabelecimento das Negociações dos Seis, contando com a participação dos Estados Unidos, Japão, Rússia, das duas Coreias e da própria China, em Agosto de 2003, consolidaria a emergência de Pequim enquanto mediador crucial para a região. Soma-se à assertividade chinesa a disparidade nas políticas entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul: enquanto Seul buscava uma aproximação com Pyongyang desde o início da chamada Política do Sol Nascente, em 1997, os EUA sob o governo Bush elevaram a retórica e o confronto com a Coreia do Norte, buscando a condenação explícita e a aprovação de sanções ao país nas Nações Unidas. Tal impasse desagradava aos sul-coreanos: conforme observa Kang (2007), os coreanos teriam a “crença de que as potências exteriores exacerbavam a divisão, contra sua vontade, aumentando o risco de guerra” (2007, p. 110-111). Em segundo lugar, há que se observar os “retornos crescentes” da política de engajamento com o Norte – se alguns progressos haviam sido obtidos, estes foram exatamente através desta política. Existiria, portanto, um “impacto psicológico” muito forte sobre os sul-coreanos, que os impulsionaria a continuar procurando o diálogo com Pyongyang. Ficava claro o impasse entre os aliados. Abria-se caminho para a cooperação entre a Coreia do Sul e a China também no caso norte-coreano, já que a China, passou a adotar uma visão menos de consentimento com Pyongyang e coincidente com os objetivos de Seul, a partir da ideia de uma mudança pacífica como melhor solução para o risco norte-coreano.

E foi exatamente a recente influência chinesa sobre o impasse entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos que evidenciou seu papel crescente na região. Muitos viam participação chinesa nas negociações sobre a Coreia do Norte como temporária, mas, segundo Kang (2007), “o que se testemunha é exatamente a ascensão chinesa na região” (2007, p. 115). Tal papel crescente da China em relação a crise norte-coreana seria resultado de uma reavaliação do próprio relacionamento geral chinês com as duas Coreias. Tampouco se pode ignorar que os desentendimentos e tensões na aliança entre o Sul e os EUA contribuíram para uma visão mais aberta das possibilidades das relações entre a Coreia do Sul e China. (KANG, 2007, p.118).

Chung (2007) questiona, entretanto, se esta nova postura da China seria resultado da aproximação com a Coreia do Sul. Para o autor, a participação chinesa na mediação da questão norte-coreana decorreria muito mais da interpretação da própria China sobre a questão, de seus efeitos potenciais sobre a região e de sua “diplomacia de grande potência com responsabilidades” (CHUNG, 2007, p.89-90). Por outro lado, as posições de Pequim tenderiam a criar mais espaço para coordenação diplomática com Seul do que o contrário, tendo altos funcionários de ambos os lados afirmado não haver diferenças significativas com relação à questão norte-coreana.

4.2.2.2. O Japão

Em termos estratégicos, a aproximação entre a Coreia do Sul e a China não pode ser analisada sem considerar o papel das duas outras potências com interesses na região, notadamente o Japão e os Estados Unidos. Se já não é mais visto como a potência regional em atenção, o crescente envolvimento militar japonês no exterior, na maioria das vezes sob o mandato da ONU, assim como sua posição enquanto detentor do terceiro maior orçamento militar do mundo suscita dúvidas sobre a natureza meramente defensora das capacidades militares do país.

Carregado de memórias históricas e atritos contemporâneos, a imagem do Japão enquanto ameaça continua dominante na região. A aliança com os Estados Unidos, que concede a Tóquio um papel cada vez maior em termos estratégicos, denota a percepção diferente que Washington tem da situação. Enquanto a possibilidade de uma aliança anti-japonesa entre Seul e Pequim é altamente improvável na situação atual, as preocupações com a segurança continuam.

Neste contexto, a expansão da cooperação militar entre a China e a Coreia do Sul merece nossa atenção. Para Oliveira (2002), é interessante notar a “pouca inibição” da Coreia do Sul ao discutir termos de segurança exemplificada pela troca de adidos militares entre 1993 e 1994. Intercâmbios bilaterais de militares, em iniciativas esportivas e educacionais conjuntas, assim como visitas de oficiais do alto escalão sul-coreano à Pequim dariam continuidade à aproximação, sendo que a patente dos enviados aumentava à medida que o relacionamento se consolidava. Entre 1999 e 2000, os ministros da Defesa sul-coreano e chinês trocaram visitas pela primeira vez. Chung (2007) observa que, apesar da reciprocidade não ter sido ideal, com uma média de três delegações sul-coreanas para uma chinesa, a expansão da cooperação militar entre os dois países consolidou a “parceria cooperativa e compreensiva” entre ambos, demonstrando também o declarado interesse sul-coreano no seu desenvolvimento.

4.2.2.3. Os Estados Unidos

Se, por aproximadamente 50 anos, os Estados Unidos se tornaram o novo Estado para onde Seul enviaria suas missões tributárias anuais, hoje muito se discute se elas tomariam apenas o caminho de Washington. A aliança militar e securitária entre os dois países, fundamental para garantir a própria existência da Coreia do Sul durante e após a Guerra da Coreia, sofreu abalos determinantes durante as administrações de Kim Dae-Jung (1997-2002) e Roh Mu-hyun (2003-2008). Além disso, a ascensão da China ao status de potência, e seus impactos determinantes sobre Seul, ofereceu um novo caminho para Seul, que se vê cada vez mais próximo deste país.

Para Kang, o que se destaca é que “os Estados Unidos não são mais a única potência para onde Seul olha” (2007, p. 14). Tal fato demonstraria a tentativa frustrada dos Estados Unidos em reafirmar sua supremacia sobre Seul, já que, conforme coloca Vizontini, a Coreia do Sul seria condicionada por “necessidades econômicas que (...) direcionam para o pólo de desenvolvimento da Ásia oriental, pois somente com certo grau de autonomia, seu desenvolvimento pode prosseguir” (2002, p. 194-195). Ainda, consolida a “diplomacia de independência” de Seul, que busca romper o desequilíbrio de seu excessivo relacionamento com os EUA, em posição mais autônoma no plano internacional, ao intensificar seus laços com a China (OLIVEIRA, 2002).

Ao mesmo tempo, não é possível afirmar que Seul se afasta definitivamente de Washington. Exemplos disso seriam o envio de tropas coreanas ao Iraque e a assinatura de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. A aliança coreano-americana não estaria, assim, ameaçada, já que a presença de tropas americanas em Seul, ponto fundamental da parceria entre os dois países, estaria direcionada a um potencial risco da Coreia do Norte, e neste ponto não teria sido apresentada mudanças para incluir algum tipo de risco chinês (KANG, 2007).

Han (2008), por sua vez, destaca a especial importância que o governo Lee, empossado em 2008, deu ao reengajamento com Washington, sua principal proposta para sua política externa. O autor defende, então, que a Coreia não ponha em risco sua aliança com Washington, ao mesmo tempo que mantenha sua aproximação com China, o que ele chama de “*twin hedging*”, ou duplo não-engajamento. Segundo Han, ambos os países são demasiado importantes para que as relações da Coreia com ambos sejam mutuamente exclusivas, sendo necessária uma abordagem que permita manter laços construtivos com ambos, de maneira a satisfazer os interesses de longo prazo da Coreia do Sul.

Se os dois autores divergem nas previsões sobre a tendência da aproximação entre a Coreia e a China, é importante notar que nenhum deles aponta uma política de “contrabalançar” o avanço chinês. Se ainda não se pode afirmar que a Coreia reconhece na China seu “novo Estado tributário”, tampouco se pode afirmar que a aliança com os Estados Unidos poderia ser um obstáculo para a aproximação com Pequim. O que se advoga é exatamente que se evite isso, ou seja, que se mantenham os laços próximos com Washington enquanto se estabelece uma parceria de mútuo benefício com a China.

5. CONCLUSÃO

A História se repete? Talvez para a Coreia do Sul a resposta possa ser positiva. Neste começo de século XXI, o país parece retornar ao centro das disputas geopolíticas das grandes potências, tal como ao fim do século XIX. Agora, entretanto, a Coreia do Sul se encontra em um dilema entre reforçar a aliança securitária com os Estados Unidos, ou expandir os laços econômicos para outras dimensões, em seu relacionamento com a China. E, se apresenta um padrão semelhante ao verificado no fim da ordem sínica, as consequências parecem ser bastante diferentes. Retomaremos aqui as perspectivas teóricas apresentadas durante o trabalho, com o objetivo de apontar tais tendências.

A interpretação da Kang (2003) apresenta grande aplicabilidade na análise das relações entre a China e a Coreia até o fim do século XIX. O argumento do autor de que a Ásia estaria retornando à situação anterior de hegemonia chinesa, e de que o relacionamento da Coreia com a China retomaria características do modelo hierárquico é questionável. Para Kang, existira nas relações internacionais da Ásia um modelo hierárquico no qual a China ocuparia a posição mais alta. Tal modelo manteria os pressupostos realistas de que os Estados são as unidades fundamentais de análise e de que eles buscam a própria sobrevivência, e exatamente com este fim, respeitariam a hierarquia regional existente (KANG, 2003). Entretanto, entre os pressupostos apresentados pelo autor, nem todos conferem com a política desenvolvida pela Coreia do Sul com relação à China nos últimos anos.

Primeiramente, Kang afirma que a postura de “bandwagoning”, ou “seguir o fluxo”, por parte dos Estados menores é uma característica central no modelo hierárquico. Se a Coreia foi, durante longo período, Estado tributário e dependente da China, hoje a situação é bastante diferente. É verdade que, conforme afirma Chung (2007), “o limite inferior para Seul é não antagonizar a China”, e o aprofundamento das relações comerciais entre os dois países, apesar dos potenciais riscos para as empresas coreanas, exemplifica tal comprometimento (CUNHA, 2007). Politicamente, entretanto, é no relacionamento da Coreia com os Estados Unidos que se pode verificar a construção de alternativas por parte de Seul. O recente relançamento da aliança entre os dois países, inclusive com a proposta do acordo de livre comércio entre ambos, denota

que, se existem discordâncias com relação à abordagem da questão norte-coreana, em outros setores ainda há ampla coincidência de interesses entre Seul e Washington.

Para Han (2008, p.347), “tanto os Estados Unidos como a China são potências indispensáveis” para a Coreia do Sul. É natural, portanto, que pelo bem de sua economia e interesses diplomáticos, Seul se associe economicamente à China; ao mesmo tempo, Seul deve manter sua parceria securitária com os Estados Unidos, que já dura mais de cinco décadas. O avanço chinês é real, mas a situação ainda é prematura para se colocarem em risco parcerias de longo prazo já consolidadas.

Por fim, o modelo hierárquico de Kang apresenta contribuições válidas para a análise do relacionamento entre a Coreia e a China. A importância dos laços culturais, da parceira comercial e da autonomia dos Estados menores sob o modelo hierárquico condiz com as condições que Seul trata hoje com Pequim. É fato que a projeção regional da China retoma os “princípios confucianos como instrumento de gestão política e social” (VIZENTINI, 2007, p. 88). Entretanto, tem sido seus próprios interesses que levam a Coreia a se aproximar de maneira decisiva, e há poucas evidências de que seria o reconhecimento da China enquanto Estado superior na hierarquia regional que determinaria tais políticas. Assim, a Coreia tem sido independente não apenas em relação à China, mas também com relação à tradicional aliança com os Estados Unidos. E, na busca de seu interesse nacional, seria esta política de “duplo não-engajamento” que permitiria ao país, por um lado, manter sua almejada independência diplomática, e por outro, reposicionar-se no contexto da ordem regional do Leste Asiático em favor de seus interesses (CHUNG, 2007; VIZENTINI, 2002).

A jornada pela consolidação de uma posição autônoma e sólida, em termos econômicos, e independente, em termos estratégicos, pode ser entendida a partir das análises de Berger (2003) e Copeland (2003), úteis na identificação das razões que levaram Coreia do Sul e China à reaproximação durante a década de 1980, e a aprofundar o relacionamento econômico entre os dois países desde os anos 1990.

Berger (2003), em seu modelo sobre a priorização gradual de princípios econômicos e de desenvolvimento em detrimento de questões políticas e militares pelos Estados do Leste Asiático a partir da década de 1980, aponta para a importância das mudanças políticas domésticas na consolidação desta tendência. As reformas na China pós-1978, e o processo de redemocratização na Coreia do Sul em 1987, ambos

acompanhados de um crescimento econômico vertiginoso, teriam, ao mesmo tempo, favorecido e incentivado a aproximação sino-sul-coreana.

De maneira complementar, a perspectiva de Copeland (2003) sobre a importância das expectativas futuras de comércio na tomada de decisão atual dos Estados por cooperar ou não cooperar pode ser identificada na gradual receptividade chinesa às iniciativas de aproximação diplomática da Coreia do Sul, a partir de 1987. A identificação de potencialidades econômicas por ambos os países, ao mesmo tempo em que o comércio extra-oficial crescia, estabeleceu as bases para a aproximação econômica oficial, e para o restabelecimento de relações diplomáticas em 1992.

Favorecidas pelas mudanças no contexto internacional, com o desmantelamento da ordem da Guerra Fria, Coreia do Sul e China souberam aproveitar as potencialidades e manter o ritmo de aproximação, sobretudo econômica, após 1992. A cooperação econômica continuou constituindo o eixo das relações bilaterais, crescendo a taxas de dois dígitos anualmente durante a maior parte do período. O aprofundamento e consolidação da China enquanto maior mercado de exportações da Coreia do Sul, ao mesmo tempo em que o país avança em termos tecnológicos e competitivos, preocupa Seul, com uma possível posição de dependência do país em relação à Pequim.

Iniciativas como o projeto de acordo de livre comércio entre os dois países, entretanto, sugerem que, se a Coreia do Sul de fato poderia sofrer reverses em setores específicos, onde é clara a dificuldade de competir com os baixos custos de produção da China, por outro lado, teria garantido o acesso ao mercado de maior dinamismo na atualidade. Porém, os custos políticos decorrentes da competição sobre tais setores levam Seul a avaliar o acordo como uma opção secundária, buscando o país aproveitar os meios de interação econômica já estabelecidos, preservando sua posição privilegiada em relação à China ao mesmo tempo em que não se vincula permanentemente à Pequim. É importante destacar, entretanto, que o surgimento da proposta do acordo é um indicador significativo da disposição de Seul em expandir e aprofundar os laços econômicos com a China.

Questões estratégicas regionais não podem ser desconsideradas na análise do relacionamento sino-sul-coreano. Entre a década de 1970 e a década de 1980, a importância da influência chinesa sobre a Coreia do Norte foi um dos fatores que

levaram Seul a priorizar a normalização com Pequim. Se desde então o relacionamento sino-sul-coreano tornou-se um objetivo por si só, a China permanece enquanto principal interlocutor da Coreia do Norte nas questões securitárias e econômicas. A crescente assertividade chinesa nas discussões do programa nuclear norte-coreano em fóruns multilaterais, além de sua participação na negociação dos Seis, demonstram o interesse de Pequim na manutenção da estabilidade na Península Coreana, em consonância com os objetivos de Seul. O projeto de reunificação nacional, se permanece como objetivo ideal da política exterior sul-coreana, segue em espera, já que a China não parece disposta a abandonar seu antigo aliado do Norte.

A aproximação com a China também favorece o aumento da autonomia sul-coreana no relacionamento com o Japão. Apesar de ambos fazerem parte da aliança securitária com os Estados Unidos, a memória histórica do período colonial ainda faz do Japão uma ameaça virtual em termos securitários no imaginário coreano. Desta forma, uma política externa de aproximação com a China pode ser considerada do interesse da liderança política em Seul, ao abrir uma alternativa diplomática em relação à Tóquio. Recentes iniciativas diplomáticas japonesas, visando o estreitamento das relações entre os três países, demonstram o reconhecimento do Japão em adaptar ao novo cenário resultante da ascensão chinesa e da aproximação sino-sul-coreana tanto política como economicamente, a fim de não se isolar regionalmente.

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar que o a aproximação da Coreia do Sul com a China tratou-se de um processo longo, recuperando características históricas e culturais comuns aos dois países, favorecidas pela convergência de objetivos em torno do desenvolvimento econômico. Tratou-se também das condições favoráveis proporcionadas pela reestruturação do sistema internacional no pós-Guerra Fria, permitindo a ascensão chinesa, a crescente autonomia diplomática sul-coreana e o surgimento de um sistema internacional que tende à multipolaridade.

Perspectivas futuras no relacionamento Coreia do Sul e China apresentam, no entanto, desafios enormes. Se até o momento a expansão da cooperação econômica foi benéfica a ambos, a diminuição da fronteira tecnológica e o aumento da competitividade chinesa, além da crescente presença de produtos mais elaborados no comércio entre os dois países, leva Seul a reavaliar a viabilidade da manutenção do ritmo de aproximação comercial empreendido até o momento. Ao mesmo tempo, a

ascensão chinesa em termos políticos coloca a Coreia do Sul em um dilema entre seu tradicional aliado, os Estados Unidos, e o parceiro mais importante, a própria China. Caberá à liderança sul-coreana identificar oportunidades, na reformulação e consolidação de suas alianças externas, mantendo a autonomia e a perseguição do desenvolvimento econômico enquanto prioridade para o país.

6. BIBLIOGRAFIA

ACHARYA, Amitav. Will Asia's Past Be Its Future? International Security. Cambridge, v. 28, n. 3, p. 149-164, 2003.

AMSDEN, Alice H. Asia's Next Giant. Oxford: Oxford University Press, 1989. .

ALTEMANI, Henrique; MASIERO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: Contexto e Perspectiva. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005.

BERGER, Thomas U. Power and Purpose in Pacific East Asia. In: IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael. International Relations Theory and the Asia-Pacific. New York: Columbia University Press, 2003. p. 387-419.

BETTS, Richard K. Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War. International Security. Cambridge, v. 18, n. 3, p. 34-77, 1993.

BONILLA, Juan José Ramírez. Transiciones coreanas: permanência y cambio en Corea del Sur en el inicio del siglo XXI. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Asia y África, 2009. .

CHANG, Ha-Joon. The East Asian Development Experience: the miracle, the crisis and the future. London: Zed Books/Penang: Third World Network, 2006. .

CHUNG, Jae-Ho. South Korea between Eagle and Dragon: Perceptual Ambivalence and Strategic Dilemma. Asian Survey. Berkeley, v. 41, n. 5, 777-796, 2001.

_____. The Rise of China and its Impact in South Korea's Strategic Soul-Searching. US-Korea Academic Symposium. Washington: v. 15, 2001. Disponível em <http://www.keia.org/joint_studies.php>. Acesso em: 25/09/2009.

_____. From a Special Relationship to a Normal Partnership?: Interpreting the "Garlic Battle" in Sino-South Korean Relations. Pacific Affairs. Vancouver, v.76, n. 4, p. 549-568, 2003.

_____. America's Views of China-South Korean Relations: Public Opinions and Elite Perceptions. The Korean Journal of Defense Analysis. Seoul, v. 17, n. 1, 2005.

_____. Between Ally and Partner: Korea-China relations and the United States. New York: Columbia University Press, 2007. .

_____. China's Soft Clash with South Korea. Asian Survey. Berkeley, v. 49, n. 3, p. 468-483, 2009.

COPELAND, Dale. Economic Interdependence and the Future of the U.S.-Chinese Relations. In: IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael. International

Relations Theory and the Asia-Pacific. New York: Columbia University Press, 2003. p. 323-352.

CUMMINGS, Bruce. Korea's Place in the Sun. New York: WW Norton & Company, 2005.

CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. A Coréia do Sul e o desafio da integração econômica na Ásia-Pacífico. In: Encontro de Estudos Coreanos na América Latina, n. 3, 2007, São Paulo.

_____; FERRARI, Andrés. Globalization, Instability and the New World Economic Order: comparing strategies of Brazil and the Republic of Korea. In: KALUBS International Conference, 1, 2009, Seoul.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian, C. Realism. In: BAYLIS, John & SMITH, Steve. The Globalization of World Politics: an introduction to international relations. New York: Oxford, 2004. cap. 7.

FUJITA, Edmundo S. O Brasil e a Ásia no Séclo XXI : Ao Encontro de Novos Horizontes. Brasília: IPRI, 2003. .

GILL, Indermit; KHARAS, Homi. An East Asian Renaissance. Washington: The World Bank, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). Coréia: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. .

HAGGARD, Stephan; MO, Jongryn. The Political Economy of the Korean Financial Crisis. Review of International Political Economy. London, v. 7, n. 2, p. 197-218, 2000.

HAN, Sung-Joo. Le mondialisme comme politique étrangère : la Corée en a-t-elle les moyens? Politique étrangère. Paris, v. 58, n. 4, p. 1045-1054, 1993.

HAN, Sukhee. From engagement to hedging: South Korea's New China Policy. The Korean Journal of Defense Analysis. Seoul, v. 20, n. 4, p. 335-351, 2008.

HAO, Jia; ZHUANG, Qubing. China's Policy Toward the Korean Peninsula. Asian Perspective. Vol. 32, no. 12, Dez/1992, p. 1137-1156.

HYUN, Seog Yu. The Role of Korea in East Asian Regional Economic Cooperation. East Asia: An International Quaterly. Durham, v. 20, n. 4, p. 77-98, Winter 2003.

IKENBERRY, G. John. American Hegemony and East Asian Order. Australian Journal of International Affairs. London, v. 58, n. 3, p. 353-367, 2004.

_____; MASTANDUNO, Michael. International Relations Theory and the Asia-Pacific. New York: Columbia University Press, 2003. p. 163-189.

FENBY, Jonathan. The Penguin History of Modern China. London: Allen Lane, 2008. .

KANG, David. Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael. International Relations Theory and the Asia-Pacific. New York: Columbia University Press, 2003. p. 163-189.

_____. China Rising: Peace, Power and Order in East Asia. New York: Columbia University Press, 2007. .

_____. Between Balancing and Bandwagoning: South Korea's Response to China. Journal of East Asian Studies, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2009.

JUNG, Kim Dae. Future Possibilities. Discurso no Parlamento japonês. Tóquio, 1998. [Manuscrito].

KIM, Tae-ho. Sino-ROK Relations at a Crossroads: Looming Tensions and Growing Interdependence. The Korean Journal of Defense Analysis. Seoul, v. 27, n. 1, p. 129-149, Spring 2005.

KIM, Jungsup. International Politics and Security in Korea. Northampton: Edward Elgar, 2007. 195 p.

KWON, Eundak; LIM, Jae-Cheon. Crossing the river that divides the Korean Peninsula: an evaluation of the Sunshine Policy. International Relations of the Asia-Pacific. Oxford: v. 6, n. 2, p. 129-156, 2006.

LARSEN, Kirk W. Tradition, Treaties and Trade: Qing imperialism and Choson Korea, 1850-1910. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

LEE, Ki-baik. A New History of Korea. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

LEE, Chae Jin. China and Korea: dynamic relations. Stanford: The Hoover Institution for War, Revolution and Peace, Stanford University, 1996.

LEE, H.; IM, H.; LEE, I.; SONG, B.; PARK, S. Economic Effects of a Korea-China FTA and Policy Implications (I). Seoul: Korea Institute for International Economic Policy, 2005.

LI, David Daokui; CHEONG, Youngrok. China and Korea in the World Economy: Common Opportunities and Challenges Ten Years After the Asian Financial Crisis. Seoul: Korea Institute for International Economic Policy, 2008.

KOREA INTERNATIONAL TRADE ASSOCIATION. Korea Trade Statistics of Specific Country. Disponível em <http://global.kita.net> .

MAHBUBANI, Kishore. Understanding China. Foreign Affairs. New York: Vol. 84, no. 5, Setembro/Outubro 2005.

MAENG, Jong Min. China Rising and Korea's Copying Strategy in the Changing Security Environment – A Comparative Analysis with Japan. Seoul: Master's thesis for the Graduate Program in International Studies at Seoul National University, 2007.

MEARSHEIMER, John J. The tragedy of Great Power Politics. New York: W.W. Norton & Company, 2001. .

_____; Brzezinski, Zbigniew. Clash of the Titans. Foreign Policy. Washington, v. 146, 2005.

MOON, C.; LEE, S. Military Spending and the Arms Race on the Korean Peninsula. Asian Perspective: Vol. 33, n. 4, 2009, p. 69-99.

MOON, Dae Keun. 한반도 통일과 중국 [China and the Reunification of the Korean Peninsula]. Seoul: Neulpum Plus, 2009.

NICOLAS, Françoise. Korea and the Dual Chinese Challenge. Seoul: KIEP, 2005.

NYE, Joseph S. "South Korea's growing soft Power". In: Project Syndicate, 11 Novembro 2009. Disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/nye76>.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Coréia: Visões Brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 133-156.

PARK, Yung Chul. Economic Liberalization and Integration in East Asia. Oxford: Oxford University Press, 2006. .

PARK, Pyeong-Kwan. Han-Jun Kwankye 15 Nyeone Pyeonggawa Kwaje [Sino-Rok Relations After Normalization: Assessment and Tasks]. Kookbang Jeongchaek Yeongu [Defense Policy Study]. Seoul, v. 77, n. 3, p. 135-158, 2007.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Korean President Roh Moo-Ryun Commenting Trade and Economic Cooperation with China. Beijing: Ministry of Commerce, 2006. Disponível em <http://boxilai2.mofcom.gov.cn/aarticle/activity/200605/20060502319241.html>. Acesso em 11/10/2009. .

RATHUS, Joel. East Asian Community: Little chance of a breakthrough at the Trilateral Summit. Washington: East Asia Forum. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/10/11/east-asia-community-little-chance-of-a-breakthrough-at-the-trilateral-summit/>. Acesso em: 11/10/2009. .

REPUBLIC OF KOREA. Global Korea: The National Security Strategy of the Republic of Korea. Seoul: Cheong Wa Dae [Office of the President], 2009. Disponível em <http://english.president.go.kr/government/golbalkorea/golbalkorea.php>. Acesso em: 11/10/2009. .

ROZMAN, Gilbert. South Korea and Sino-Japanese rivalry: a middle power's options within the East Asian core triangle. The Pacific Review. London, v. 20, n. 2, p. 197-220, 2007.

SNYDER, Scott. Korean Leadership in the G20 and the U.S.-ROK Alliance. Washington: East Asia Forum. Disponível em:

<http://www.eastasiaforum.org/2009/09/30/korean-leadership-in-the-g20-and-the-us-rok-alliance/>. Acesso em: 11/10/2009.

_____. China's Rise and the Two Koreas. Boulder: Lynne Rienner, 2009. 239 p.

SHAMBAUGH, David. China and the Korean Peninsula: Playing for the Long Term. The Washington Quarterly. Washington, v. 26, n. 2, p. 43-56, 2003.

SHIRK, Susan L. China: Fragile Superpower. Oxford: Oxford University Press, 2007. .

THE UNITED STATES OF AMERICA. Joint Vision for the Alliance of The United States and The Republic of Korea. Washington: The White House, 2009. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Joint-vision-for-the-alliance-of-the-United-States-of-America-and-the-Republic-of-Korea/. Acesso em: 11/10/2009. .

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Relações Internacionais da Ásia e da África. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A Coreia e as Grandes Potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Coreia: Visões Brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 175-199.

YAHUDA, Michael. The International Relations of the Asia-Pacific. London: RoutledgeCurzon, 2004. .

WAN, Ming. The Political Economy of East Asia. Washington: CQ Press, 2008. .

WALTZ, Kenneth M. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2001.

WONGI, Choe. China's FTA Strategy and Prospects for a Korea-China Bilateral FTA. IFANS Review. Seoul: Vol. 14, No. 2, 2006, p. 25-34.

WORLD BANK. Gross Domestic Product 2009. Disponível em <http://data.worldbank.org/>

ZHENG, Bijian. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. Foreign Affairs. New York, v.84, n.5, sep/oct, 2005.